

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----**Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel.**-----

----- Verificado o quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. ----

-----O senhor Presidente da Assembleia saudou e deu a boas vindas a todos os presentes.-----

-----**Foram empossados os senhores Pedro Miguel Ferreira Barbosa e Manuel Fernando Mendes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô, que faltaram ao ato de tomada de posse dos titulares dos órgãos municipais, que teve lugar no dia 13 de outubro de 2021, no Jardim do Sameiro em Penafiel.** -----

----- Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados Nuno Miguel da Costa Araújo, Tiago Josué Garcês Ferreira e Pedro Alexandre Mogadouro do Couto. -----

----- O senhor deputado, Nuno Miguel da Costa Araújo, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Alberto Correia Monteiro. -----

----- O senhor deputado Tiago Josué Garcês Ferreira, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro.-----

----- O senhor deputado Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (RIR), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Cristiana Filipa Moreira da Silva, que também, por motivos profissionais, não pode estar presente pedindo a sua substituição pela senhora Maria do Céu Nogueira da Rocha, que por sua vez e também por motivos profissionais não pode estar presente solicitando a sua substituição pelo senhor José António da Silva Oliveira. -----

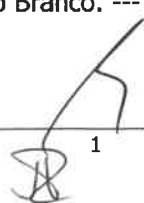
----- Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia.----

-----**Os senhores Secretários da Assembleia Municipal, procederam à leitura dos votos de louvor e pesar entrados na mesa:** -----

----- 1 — Voto de louvor, pelo apresentado pelo Partido Socialista com o seguinte teor: -----

----- "Os eleitos nesta Assembleia pelo Partido Socialista, propõem, um voto de louvor ao Penafidelenses, da freguesia de Abragão, Piloto, Adão pinto, aos comandos do seu Opel Astra, pela vitória alcançada, sagrando-se campeão com a dobradinha que conseguiu no campeonato Nacional 2RM e Taça de Portugal, no 55º Ralicross By Diatosta 2021, na categoria Nacional 2RM de Castelo Branco. ---

1



Ao Campeão Nacional Adão Pinto e à sua equipa, votos de que continuem a engrandecer o desporto automóvel no nosso Concelho e no nosso País.-----

-----Da decisão tomada sobre esta proposta seja dado conhecimento escrito ao Adao Pinto."-----

----- **2 — Voto de louvor, pelo apresentado pelo Partido Socialista, com o seguinte teor:----**

-----"Os eleitos nesta Assembleia pelo Partido Socialista, propõem, um voto de louvor ao jovem Penafidense Antonio Rocha, de Penafiel, co fundador da SMARTEX.ai, e que também é o CTO/diretor – chefe de tecnologia da empresa, venceu o concurso PITCH na WEB SUMMIT. Neste prémio havia 75 empresas a concorrer. Esta Startup, quer acabar com os desperdícios na indústria têxtil, com um sistema de câmaras, luzes e algoritmos que vigiam o processo de fabrico à procura de defeitos. Foi este Penafidense António Rocha, quem defendeu o Pitch da empresa e quem recebeu o prémio. A Smartex.ai, está sediada na Califórnia, mas tem raízes no parque empresarial da Universidade do Porto.--

-----A este jovem do nosso Concelho na área das novas tecnologias, votos de que continue a engrandecer o nosso Concelho o nosso País e a ter muito sucesso na sua vida profissional.-----

-----Da decisão tomada, sobre esta proposta, seja dado conhecimento escrito, ao António Rocha."-----

----- **3 — Voto de louvor, pelo apresentado pelo Partido Socialista, com o seguinte teor:----**

-----"Os eleitos nesta Assembleia pelo Partido Socialista, propõem, um voto de louvor ao jovem Penafidense Filipe Mendes, apaixonado pela arte e que deu um passo muito importante na sua vida, a nível internacional, expondo alguns dos seus trabalhos numa galeria em Inglaterra. Expôs obras de pintura e desenho e a recetividade foi bastante positiva.-----

-----Também à cerca de 4 anos decidiu criar um perfil nas redes sociais que serve como uma mostra da sua arte e tem recebido pedidos de pinturas e retratos. Faz parte da lista de artistas presentes no site Artsy que é o maior mercado de arte online.-----

-----A este jovem do nosso concelho na área da Arte votos de que continue a engrandecer todos os Penafidenses."-----

-----Da decisão tomada sobre esta proposta seja dado conhecimento escrito ao Filipe Mendes."-----

----- **4 — Voto de louvor, pelo apresentado pelo Partido Socialista, com o seguinte teor:----**

-----"Os eleitos nesta Assembleia pelo Partido Socialista, propõem, um voto de louvor ao jovem Penafidense, da freguesia de Cabeça Santa, Gonçalinho Garcia, de 9 anos de idade pela vitória alcançada, obtendo um primeiro lugar no Torneio de Outono organizado pelo Clube de Karaté de Valongo, e um segundo lugar no torneio de Karaté Open de Cascais, contra o atual campeão nacional de iniciados nesta categoria.-----

-----A este jovem promissor no desporto de Karaté, votos de que continue a engrandecer o desporto e que seja exemplo, para outros jovens Penafidenses.-----

-----Da decisão tomada sobre esta proposta seja dado conhecimento escrito ao Gonçalinho Garcia"-----

----- **5 — Voto de louvor, pelo apresentado pelo Partido Socialista, com o seguinte teor: ---**

"Os eleitos nesta Assembleia pelo Partido Socialista, propõem, um voto de louvor aos Penafidenses: Mariana Silva e seu pai Hélio Silva pelos resultados alcançados no campeonato do mundo de POWERLIFTING, que decorreu, de 15 a 22 de novembro, na cidade da Trofa.-----

-----Primeiro lugar para a Mariana e segundo lugar para o seu Pai Hélio Silva.-----

-----Este desporto, pouco conhecido no nosso Concelho, é muito exigente, requer uma entrega total, uma grande dedicação, uma alimentação muito cuidada, para se conseguir atingir bons resultados. -----

-----Estes dois atletas são treinados por Sandro Eusébio, desejamos que estes dois Penafidelenses, continuem a engrandecer o nosso Concelho e o nosso País e a ter muito sucesso. -----

Da decisão tomada, sobre esta proposta, seja dado conhecimento escrito, aos atletas vencedores, Mariana Silva e Hélio Silva.”-----

-----6 — Voto de louvor, pelo apresentado pelo do Partido Socialista, com o seguinte teor: - -----

-----"Os eleitos nesta Assembleia pelo Partido Socialista propõem um voto de louvor ao jovem Penafidense, com menos de 40 anos, Paulo Merino, Gestor Português do Canada Pension Plan, que foi considerado o melhor investidor europeu, em Londres, pela Financial News. O seu percurso foi deslumbrante, e prova que o mérito vence sempre as adversidades. Nasceu em Penafiel, estudou no ensino público e obteve uma bolsa de estudo, para frequentar o Curso de Economia, na nova SBE, e concluiu o mestrado em Finanças na mesma Universidade. -----

-----A este jovem do nosso Concelho na área das Finanças, votos de que continue a engrandecer o nosso Concelho e o nosso País e a ter muito sucesso. -----

-----Da decisão tomada sobre esta proposta seja dado conhecimento escrito ao Paulo Merino.”-----

-----7 — Voto de louvor, pelo apresentado pelo Partido Socialista, com o seguinte teor: ---

-----Os eleitos nesta Assembleia pelo partido socialista propõem um voto de louvor aos Agrupamentos de Escolas do nosso concelho abaixo indicados pelas distinções obtidas como amigas das crianças. -----

"Esta iniciativa conjunta da CONFAP – Confederação Nacional das Associação de Pais, da LEYA e do psicólogo Eduardo Sá, visa distinguir as escolas que concebem e concretizam ideias extraordinárias, contribuindo para um desenvolvimento feliz da criança no espaço escolar partilhando boas práticas. Esta iniciativa, contou com o apoio institucional do Ministério da Economia e da transição digital, do Ministério da Saúde e dos Serviços Nacional de Saúde, do Ministério do Mar e do Ministério do Ambiente e da Ação climática. -----

-----Agrupamento de Escolas de Paços de Sousa -----

----- - Clube de Teatro-----

----- - Educar para a sustentabilidade -----

----- - es"PAÇO" ASA-----

----- - Livros ao Palco-----

----- - Triatlo, uma modalidade inclusiva -----

----- - Viver para vencer-----

-----Agrupamento de Escolas de Penafiel Sudeste-----

----- - Viver para vencer-----

----- - Literatura popular... para sempre recordar eTwinning -----

----- - Melodia das flores – eTwinning -----

----- Um balão um sorriso -----
----- Brigada de limpeza -----
----- Brincar + -----
----- Cantinho da Aromáticas -----
----- Mãos dadas -----
----- Oficina de Leitura escrita -----
----- Patinagem em velocidade -----
----- Agrupamento de Escolas António Ferreira Gomes -----
----- Clube de Leitura "Entrelinhas e Livros" -----
----- Agrupamento de Escolas de Pinheiro -----
----- Centro Escolas de Valpedre – Literacia no nosso dia-a-dia -----
----- Escola sede de Agrupamento – hortas pedagógicas -----
----- Projeto Malala – Se eu tivesse um lápis mágico. -----

-----Endereçamos as nossas felicitações e o nosso bem-haja a todos os professores e demais colaboradores que contribuíram e continuam a contribuir, para o sucesso da educação, com empenho e dedicação que têm para com as nossas crianças e que tudo isto se reflete nas suas vidas, tornando-as mais felizes. -----

-----Da decisão tomada sobre esta proposta seja dado conhecimento escrito aos Diretores dos Agrupamentos para conhecimento da comunidade escolar distinguida.”-----

----- **8 — Voto de pesar, pelo apresentado pelo Partido Socialista, com o seguinte teor: ----**

-----"No passado dia dezanove de Novembro, faleceu o Penafidense, Alberto Adriano Moreira Leal, nascido a 20 de setembro de mil novecentos e quarenta e dois, natural e residente na freguesia de Croca, do nosso Concelho.-----

-----Foi ao longo da sua vida um empresário de sucesso, no ramo das construções e obras públicas. --

-----Desenvolveu a sua atividade, no País e no estrangeiro. Muito contribuiu para o engrandecimento do nosso Concelho. Promoveu o emprego, criando muitos postos de trabalho e sempre proporcionou aos seus trabalhadores, condições de bem-estar. Foi dirigente de diversas instituições, desportivas e sociais, ajudando sempre, para que as mesmas, ultrapassassem as suas adversidades. -----

-----O grupo do Partido Socialista, propõe um voto de pesar, pelo falecimento deste ilustre Penafidense e que em sua honra se guarde um minuto de silêncio. -----

-----Desta decisão seja dado conhecimento à família enlutada.”-----

-----Posto à votação a admissibilidade dos votos de louvor e pesar apresentados, foram os mesmos aprovados por unanimidade. -----

----- **Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----**

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Referiu que no dia 26 de setembro os Penafidenses falaram nas urnas. E foram muitos os que falaram. Uma baixíssima abstenção que nos deve orgulhar a

todos aqueles que se empenharam nestas eleições, dando de si, do seu tempo, do seu conhecimento e da sua experiência. Estamos todos de parabéns relativamente à taxa de participação. -----

Mas dizia, os Penafidenses falaram e falaram claro: Dar continuidade ao projeto liderado pela Coligação Penafiel Quer. Da parte do PS, compreendemos e aceitámos a mensagem. -----

----- Mas com a mesma humildade democrática com que respeitamos os resultados, exigimos que os mais de 13.500 penafidenses sejam considerados e a sua opinião seja ouvida. -----

----- Porque há mais de 13.500 penafidenses que querem mais Habitação a preços mais acessíveis, mais transportes públicos adequados, mais emprego qualificado, mais políticas de ambiente, novos protagonistas. -----

----- E ali estavam para fazer os que lhes compete: Fazer Oposição. Dar voz aos penafidenses, Fiscalizar a ação do executivo, Criticar quando tivermos de criticar. Não se espere do PS que fosse ali dizer "Obrigado Sr. Presidente", "Parabéns Sr. Presidente", porque para isso não faltarão voluntários nesta casa para o fazer. Não é esse papel do PS, a nossa responsabilidade. Porque lá fora continuam a existir Penafidenses com dificuldades e com esperança por uma vida melhor. -----

----- Continuamos inseridos numa das regiões mais pobres do país, uma região muitas vezes adiada. Mas nada o justifica: Nem razões de proximidade ao Litoral (30 min do Porto), nem razões históricas (somos a 2ª cidade mais antiga do distrito do Porto), nem de centralidade (fomos e continuamos a ser a capital do Vale do Sousa), nem demográficas (somos um dos concelhos dos mais jovens do país).-----

----- Então se assim é, temos de ter aqui um sobressalto cívico. Temos de ser mais exigentes. Fazermos mais, muito mais. Não nos contentarmos com pouco. Aliás têm de ficar muito inquietos quando viam ser anunciado com pompa e circunstância um Estudo "Portugal *City Brand Ranking*© 2021, da *Bloom Consulting Portugal*" salientando o facto de nesse estudo Penafiel se encontrar entre os municípios mais procurados por investidores e turistas, na posição 54 no país e na posição 18 na região Norte. Recordo que apesar desse Estudo se basear apenas na perceção da MARCA (baseado em parte em consultas do google) não deixou de ser apresentado como um grande feito para Penafiel. -----

----- E no entanto estavam a ver e perguntavam:-----

----- - 1. Em termos de população, Penafiel ocupa a posição 34 em 308 dos municípios portugueses---
----- - 2. No entanto nesta classificação aparece na posição 54. Qual é o orgulho? -----

----- Mesmo olhando apenas por região: -----

----- 1. No ranking da população da região Norte, Penafiel, ocupa a posição 12.ª.-----
----- 2. Nesse estudo Penafiel aparece em 18.º lugar? É péssimo. -----

----- Nesse estudo Penafiel aparece atrás de Vila do Conde, Barcelos, Póvoa do Varzim, Ponte Lima e Santo Tirso. -----

----- Concluiu para reforçar que os Penafidenses poderão contar com a nossa ação responsável, o apoio do PS naquilo que tiver de apoiar, a crítica quando sentirem que terão de criticar, a fiscalização quando algo tiver de ser esclarecido, porque no fim do dia o que importa são mesmo Penafiel e os penafidenses. -----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Desejou que todos um mandato profícuo no interesse dos todos os penafidenses. -----

-----Deu as boas vindas a todos e que todos soubessem representar o voto que os penafidelenses lhes atribuíram. Foram eleitos para participar em todas sessões do órgão deliberativo e trabalhar quando fosse em prol de todos os penafidelenses. Era esse o seu compromisso e esperava que fosse o compromisso de todos os presentes. -----

-----A escolha dos penafidelenses foi clara, disseram quais as políticas, opções e prioridades que o Executivo, e bem, tinha feito em 2017, 2013, 2009, 2005 e 2001, sempre na senda de fazer aquilo que os penafidelenses querem que o Executivo faça que é a melhoria das suas condições de vida. É evidente que não estava tudo perfeito, mas tinha a certeza de que se olharem para aquilo que faltava fazer, dos 13.500 eleitores que votaram no Partido Socialista, a maior parte concordava com a política de habitação, educação e do ambiente. Todos sabiam como se fazia e processava no período eleitoral as campanhas e portanto não podiam pegar naquela bandeira e dizer que cada assunto e tema que ali quisessem levar à discussão estavam a representar 13.500 penafidelenses pois não era assim que se faziam as contas. -----

-----Referiu que a bancada da coligação Penafiel Quer vai colaborar em tudo que formos necessários sem exceção nos próximos 4 anos, vai apoiar mas também vai criticar o senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo porque acima de tudo estava os penafidelenses, foi por isso que foram eleitos e é por eles que ali estavam e iam fazer tudo para que daqui a 4 anos os penafidelenses se sintam felizes e satisfeitos por estarem ali a representa-los. -----

-----A senhora deputada Celeste Marinho: Disse que vivemos um período particularmente difícil, sem precedentes na nossa história recente devido à pandemia. Certamente precisamos de nos habituar a viver com este vírus, acima de tudo procurando respeitar os procedimentos de segurança recomendados em cada momento pelas entidades competentes. Sendo assim, muito embora nos congratulemos pelo regresso das festividades do São Martinho, estas realizaram-se numa altura em que o número de casos de Covid registava uma subida significativa e por isso há a lamentar o facto da iniciativa não ter ido realizada de acordo com recomendações da autoridade de saúde. -----
Os decisores locais também têm a obrigação de contribuir para a manutenção da segurança individual e coletiva, até no que toca à saúde. -----

-----O aumento no número de casos de Covid coloca uma pressão acrescida em todas as unidades de saúde. Um parecer da autoridade de saúde é bem mais simples de emitir que a vigilância dos casos positivos, dos respetivos contactos e acima de tudo tem como primeira intenção impedir o aparecimento da doença e das suas complicações. -----

-----O senhor deputado Agostinho Gonçalves: Felicitou o senhor Presidente da Assembleia Municipal pela sua reeleição bem como os restantes membros da mesa. Felicitou também, pela sua reeleição, o senhor Presidente da Câmara Municipal tal como todos os senhores Vereadores eleitos. Destacou o senhor Vereador Pedro Cepeda pela sua ascensão ao segundo lugar, o que querará dizer, que poderá ser ou não, o futuro candidato da coligação às próximas eleições autárquicas. Cumprimentou os senhores Presidentes de Junta, e todos os membros eleitos, principalmente os novos Presidentes de Junta. -----

----- Alertou para uma necessidade de obras de reparação junto ao campo de treinos, na rua do futebol Clube de Penafiel e na rua Arca d'Água, no espaço recreativo, desportivo e de lazer. Espaço esse muito importante para a juventude, para os pais e famílias, que o usufruíam e o utilizavam, especialmente em tempos de pandemia. É verdade que recentemente foram feitos melhoramentos nos parques do Sameiro, da Vila Gualdina, no parque construído de novo junto à rua Dr. Francisco Brandão e por isso era imperioso que o Executivo, tivesse presente a necessidade de reparar as referidas instalações porque a todos ficava mal o estado em que se encontravam. -----

----- A senhora deputada Sónia Ribeiro: Referiu que representação do CDS, partido que integra o projeto "Penafiel Quer" desde o início, e em seu nome particular, felicitou a reeleição do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Alberto Santos, assim como felicitar o senhor Presidente da Câmara Municipal, Antonino de Sousa e restante equipa pelos resultados obtidos nas últimas eleições autárquicas realizadas no passado dia 26 de setembro.-----

----- Os penafidenses já demonstraram saber reconhecer quem de forma séria, transparente e rigorosa trabalha diariamente em prol do seu bem-estar. A coligação "Penafiel Quer" conseguiu reforçar a sua votação, elegendo o 6º vereador, conseguiu uma maior representatividade na Assembleia Municipal, com um maior número de Deputados Municipais, assim como conseguiu eleger um maior número de Presidentes de Juntas apoiados pela Coligação.-----

----- Contudo, não podiam ter ilusões porque esses resultados têm que ser encarados com um sinal de confiança dos penafidenses mas acima de tudo um sinal de maior responsabilidade no trabalho a desenvolver pelo executivo.-----

----- Disse que o Presidente da Câmara, podia sempre contar com o CDA para de uma forma construtiva ajudar a encontrar e tomar as medidas que proporcionem uma melhor qualidade de vida dos penafidenses, para que as expectativas dos mesmos não fossem defraudadas.-----

----- Os próximos tempos não se adivinham nada fáceis e infelizmente haverá algumas famílias penafidenses que vão precisar ainda mais da ajuda do Município, por isso Senhor Presidente da Câmara conte connosco para ajudar a melhorar a vida dos penafidenses. -----

----- Apelaram ao senhor Presidente da Câmara para que com o seu empenho diário, com a forma séria e rigorosa de trabalhar e com a sua equipa de vereadores que acreditavam estarem ainda mais motivados, para que todos juntos trabalhassem para que o concelho fosse cada vez mais conhecido, reconhecido e que os penafidenses sentissem cada vez mais orgulho de dizer que são de Penafiel. -----

----- O senhor deputado Fernando Malheiro: Deu os parabéns a todos os eleitos, porque de facto o método de *hondt* permite que todos fossem eleitos com o mesmo número de votos, por isso estavam todos de parabéns e espera que todos tivessem a possibilidade, no final do mandato, de se sentirem bem reconhecidos pelo trabalho que irão efetuar ao longo dos próximos quatro anos. -----

Referiu que o dia 26 de setembro já passou mas ficavam desse dia algumas notas importantes para que de futuro não se repetissem. No dia da tomada de posse teve oportunidade de dizer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o desagrado do Partido Socialista relativamente à forma em como foram tomando posse. Agradeceu ao senhor Presidente que reconheceu que foi uma forma errada de terem tomado posse. Hoje, quando assinou a folha de presença desta sessão, reparou que estava o seu

nome estava mencionado no sítio correto como deveria ter sido na tomada de posse pela ordem como foram eleitos. O senhor Presidente da Assembleia assumiu a responsabilidade pela circunstância mas é evidente que a responsabilidade não foi sua, mas sim de quem executa. Podia ter sido uma distração mas convinha que aquela lamentável distração não continuasse porque funcionou ali, quase como um ato de tentativa de apoucar os elementos do Partido Socialista.-----

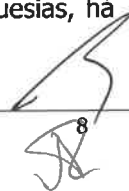
-----Disse que gostaria de ali deixar 3 temas e 4 propostas que gostava de ver resolvidos até ao final do mandato: o financeiro, ambiental e o da reorganização administrativa. -----

-----Relativamente ao plano financeiro, gostava e desafiava o senhor Presidente da Câmara a concretizar a proposta que o PS ali, hoje, ia deixar, ou seja, que a autarquia, nos próximos anos, conseguisse reduzir o prazo de pagamento aos seus fornecedores e que não ultrapassa-se os 30 dias. Também propunha que a autarquia conseguisse concretizar e executar, 100% do que planeava, pois era para isso que se planeava e se criavam planos estratégicos. Referiu que na presente sessão teriam oportunidade e a possibilidade de discutir e votar o plano e orçamento para 2022 e era importante que se chegasse ao final do ano 2022 com o plano totalmente concretizado. -----

-----No que concerne ao plano ambiental, referiu que também gostava que se chegasse ao final dos 4 anos de mandato, de não existir nenhuma freguesia do concelho de Penafiel sem o saneamento básico. O saneamento básico tem que ser uma prioridade, pois não faz nenhum sentido existirem freguesias em Penafiel que ainda não tenham saneamento básico.-----

-----Quanto à reorganização das freguesias disse que não ia fazer análises da responsabilidade política do trabalho desenvolvido nos últimos anos nas freguesias agregada, mas que o Partido Socialista tem uma proposta na Assembleia da República relativamente à possibilidade reorganização das freguesias. Pensava que a reorganização das freguesias, nomeadamente na freguesia de Penafiel, com seis freguesias, que foi um erro que cada uma das freguesias estava a pagar. Não responsabilizava o PSD ou o CDS de Penafiel, porque todos sabiam da lei Relvas, corresponsabilizava a todos os seja o PS, PSD e CDS, mas considerava que têm uma oportunidade e a deviam aproveitar para de forma consensual se houver possibilidade de se mexer na reorganização das freguesias e pensarem a freguesia de Penafiel. Cada uma das seis freguesias tinha três autarcas no executivo, Presidente, Tesoureiro e Secretário, atualmente para aquele território que aumentou em seis vezes, tinham menos seis vezes essas pessoas. E se fizerem as contas àquilo que é uma Assembleia de Freguesia que tem 12 elementos, e essas pessoas estavam em cada uma das freguesias a cuidar pelo bem da freguesia e das suas populações, teriam mais 58 pessoas a cuidar do território e neste momento têm 13 pessoas. Qua não houvesse nenhuma dúvida que perante aquela realidade as freguesias saiam prejudicadas. Voltou a referir que não estava ali a fazer politiquice e não responsabilizava o senhor Presidente de Junta pois não era isso que o movia mas sim a vontade de repensarem aquele assunto de forma consensual na defesa das populações. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Elucidou o senhor deputado Fernando Malheiro que a freguesia de Penafiel tem um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e dois vogais. Se se falar em horas de trabalho, atualmente a freguesia de Penafiel tem 4 pessoas a tempo inteiro, que se se dividir pelos dois dias de semana à noite do atendimento das demais freguesias, há



muito mais horas de serviço à população do que havia antes. Outra situação importante de se saber é que de todas as seis freguesias, por exemplo Novelas tinha um cantoneiro, atualmente tinha mais de 20 pessoas a trabalharem em prol das seis freguesias. Referiu que se houver dessegregação quem a fazer pode ser tão culpado como quem fez a agregação porque a população, não a do núcleo urbano uma vez que essa foi a que perdeu mais com a agregação, mas as restantes freguesias, a nível de limpeza e de mais apoio uma vez que têm uma junta que está aberta diariamente bem como a "sua junta" que abre uma vez por semana uma vez pela manhã. Mencionou que na freguesia de Penafiel o problema levantado pelo senhor deputado era um falso problema e se houver desagregação, a população das restantes freguesias que fazem parte iam ter um pior serviço nível de colaboradores pois não tinham poder financeiro para os contratar. -----

----- O senhor deputado Fernando Malheiro: Deu os parabéns ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel pelo que ali disse que tinha feito bem como a todos os senhores Presidentes de Junta de Freguesia porque todos sabiam o trabalho que uma Junta de Freguesia acarreta. Referiu que na sua intervenção disse que não tinha ido ali para debater o que eram as dificuldades, as lacunas, as falhas ou os méritos da Junta de Freguesia de Penafiel mas sim, uma convicção, de uma parte substancial da população, que quando foi votada ali a proposta de agregação, a população não sabia que o senhor Ministro Relvas ia fazer da reorganização de freguesias e muito menos sabiam as consequências que teve. O que fez na sua intervenção foi transmitir a sua convicção e fazer um convite para 4 propostas e 3 temas e uma delas era dar a possibilidade à Assembleia e à Câmara Municipal, para de forma consensualizada pensarem qual seria o melhor o modelo de reorganizar a freguesia de Penafiel. Sabia perfeitamente o esforço que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel tinha que fazer diariamente para resolver os problemas da sua população, porque anteriormente eram cerca de 60 pessoas a cuidarem do território e agora eram apenas 13 pessoas a pensarem no território. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abragão: Referiu que era Presidente de Junta de Freguesia pela primeira vez. E hoje sentia aquilo que era ser efetivamente um Presidente de Junta de Freguesia, pois eram os que mais próximos estavam das populações e das suas necessidades, preocupações, e dos seus anseios e eram os que tinham a responsabilidade de construírem todos os dias o seu futuro. -----

----- Os temas que ali ia expor tinham que ver com a transferência de competências e a gestão do orçamento da Câmara Municipal. Gostaria de colocar uma proposta que deveria ser comum a todos. O senhor Presidente da Câmara em reunião com todos os senhores Presidentes de Junta para o ano de 2021 deu mais 10%, obviamente que todos sabiam que há dez anos a esta parte recebiam mais dinheiro. No seu entendimento, esse esforço que a Câmara fez, não é suficiente para aquilo que era os custos dos trabalhos e das tarefas que assumiam, pois eram os que lidavam diariamente com as necessidades das populações e estas eram muitos milhares de pessoas. Para o ano de 2022, já não se podia fazer mais mas propôs que para o ano de 2023 fosse revisto. Que se tivesse em conta que os 10% eram manifestamente pouco para a reposição do que era o desequilíbrio dos custos com a receita para recebiam para a execução das suas tarefas. Sugeriu que o valor fosse negociado de uma forma

diferente, que fossem ouvidos previamente e de forma conjunta para que dessa forma conseguissem mais para cada uma das suas Freguesia. -----

-----Relativamente à gestão do orçamento da Câmara e do investimento nas freguesias, disse que não sabiam de quanto é o valor global que o município vai colocar para o investimento mas gostariam de saber quanto é que ia ser disponível para cada uma das freguesias de forma equitativa e solidária. Tinham um mandato de 4 anos e tinham um plano estratégico de desenvolvimento para as suas freguesias por isso era importante saberem quanto é que cada freguesia ia receber para terem uma noção, uma vez que eram eles que sabiam o que era necessário para o desenvolvimento em prol das necessidades de cada uma, porque as necessidades era diferente de freguesia para freguesia.-----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia Cabeça Santa: Parabenizou o senhor Presidente da Assembleia e da Câmara Municipal pela sua reeleição. -----

-----Agradeceu em seu nome e em nome de uma cidadã da sua freguesia que lhe pediu de forma emocionada, que agradecesse ao senhor Presidente da Câmara, porque após 30 anos sem ter acesso através de viatura à sua habitação, agora as ambulância ou carros de bombeiros já tinham possibilidade de lá chegar. Também se sentiu emocionado por ter constatado o reconhecimento do trabalho, que não era da Junta, pois esta jamais teria capacidade financeira para a executar, teve a Câmara Municipal como principal obreiro e o senhor Presidente da Câmara com a sua boa vontade aceitou a proposta da Junta de Freguesia para executar essa obra. -----

-----Parabenizou o Gonçalinho Garcia, menino de 9 anos da sua freguesia pelo primeiro lugar no Torneio de Outono organizado pelo Clube de Karaté de Valongo, e um segundo lugar no torneio de Karaté open de Cascais, contra o atual campeão nacional de iniciados nesta categoria. Parabenizou também Adão Pinto, seu familiar, pela vitória alcançada, no campeonato Nacional 2RM e Taça de Portugal. -----

-----Quanto ao festival literário Escritaria, disse que, enquanto penafidenses, era um orgulho ouvir falar sobre esse festival que já era considerado internacional. Disse que há dois meses a esta parte quando ouviu uma entrevista do historiador, o escritor e jornalista, Germano Silva a falar sobre Penafiel e foi com orgulho ver o Escritaria cavalgar na cultura enquanto penafidenses e enquanto cidadãos do mundo porque era dessa forma que chegavam a todo o mundo e faziam reconhecer Penafiel como uma cidade do mundo. Deixou um desafio à senhora Vereadora da Cultura, que se possível fosse estendido o festival Escritaria às freguesias do concelho porque também tinham história. Sentir-se-ia muito orgulhoso se esse evento fosse estendido à freguesia de Cabeça Santa. -----

-----Felicitou a eleição da senhora Vereadora Daniela Oliveira, porque era gratificante e lisonjeante vê-la naquele cargo. O seu trabalho na área social é um trabalho exemplar, sempre disponível para ajudar e aconselhar para seguirem o melhor caminho, porque a ajudar não se ficava só pelos bens alimentares. Desejou um bom mandato à senhora Vereadora, bem como a todos os eleitos, nomeadamente aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. -----

-----Relativamente às eleições, deu nota positiva à população de freguesia de Cabeça Santo porque viram o seu candidato nas redes sociais a ser humilhado e achincalhado e não houve uma única resposta de algum munícipe a alimentar essa situação e a única resposta que deram foi no dia 26 de

setembro com o simples gesto, uma cruz no quadradinho na pessoa que queriam para os representar por mais 4 anos, Homem digno, que tem família e deve ser respeitado. Agradeceu à população de Cabeça Santa por esse reconhecimento. -----

-----Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à discussão e votação e os votos louvor e pesar acima transcritos. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Os votos Louvor e Pesar foram subscritos por todos os presentes. -----

-----Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade.-----

-----Posto à votação, o voto de Pesar foi aprovado por unanimidade, e guardado um minuto de silêncio em memória do insigne cidadão. -----

-----Encerrado o período antes da ordem do dia foi iniciado o período da ordem do dia.-----

----- **1.º Ponto — Discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 26.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;** -----

-----— O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que a mesa sugeriu aos grupos municipais que se pudessem consertar e apresentar propostas. Assim na próxima Assembleia Municipal será a apresentada uma proposta para ser discutida e votada.-----

Foi aprovada por unanimidade, retirar o ponto n.º 1 e submete-lo à próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- **2.º Ponto — Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

-----— O senhor deputado Luís Monteiro: Analisada a informação escrita acerca da atividade do município pretendiam dar algumas notas relativamente à forma e relativamente ao conteúdo desta informação. Antes disso nunca seria demais dar os parabéns aos serviços da Câmara Municipal de Penafiel pelo esforço em resumir toda a atividade municipal.-----

-----Muitas vezes os serviços, não são lembrados, são esquecidos. Mas são precisamente os funcionários da câmara municipal, em cada um dos seus serviços que têm a responsabilidade de pôr tudo a funcionar. E até porque faço parte dos quadros do município há mais de 20 anos (apesar de presentemente estar a desempenhar funções noutra entidade), não queria perder esta oportunidade, salvo o devido registo de interesses, para fazer a devida homenagem a todos os funcionários da CMP que diariamente trabalham com competência e afinco. -----

-----Mas posto isto, ficamos com algumas dúvidas relativamente à informação apresentada:-----

-----Quanto à divisão do ambiente e transportes, face aos dados dos resíduos recolhidos em setembro e outubro, gostariam de ser esclarecidos se estes dados são referentes à recolha efetuada

pela Câmara Municipal de Penafiel, ou se por ventura, ao que julgávamos saber eram recolhidos pela Ambisousa. -----

-----Relativamente à campanha na feira de S. Martinho "Lixo no Chão, Não!" infelizmente temos de concluir que a mesma terá de ser repensada no planeamento em ações futuras já que no final da desmontagem das barracas os lixos, ao contrário do pretendido ficaram espalhados, misturados e mal-acondicionados. -----

-----Além desta recomendação, gostaria de questionar se pelo menos os plásticos e o papel (abundantes no fim da desmontagem de cada barraca), foram separadas pelos serviços de recolha e devidamente encaminhados para reciclagem. -----

-----No que concerne ao gabinete médico veterinário municipal, foram informados que foram capturados 184 cães e gatos (dos quais 12 foram devolvidos aos seus detentores, ficando assim 172) e adotados 194 (ou seja foram adotados mais 22 animais do que aqueles que foram capturados). A dúvida que fica é como isso é possível? Perguntavam assim ao senhor Presidente da Câmara que os esclareça se além dos animais que são adotados qual é a proveniência dos outros 22 animais que foram adotados. O canil está a aceitar animais entregues pelos donos ou é outra a razão? Agradeciam o esclarecimento. -----

-----Relativamente ao Pelouro da Proteção Civil e Defesa da Floresta, referiu que não consta informação relativamente ao PMDFCI (Plano Municipal de Defesa de Florestas Contra Incêndio). Segundo a informação que é pública e que se encontra disponível no *síte* do ICNF, o PMDFCI de Penafiel caduca a 23-12-2021 (daqui a menos de um mês), a pergunta que têm para fazer é que ações estão a ser desenvolvidas para a sua revisão (interna ou externamente) e se estão em condições de garantir que terão o Plano Revisto até essa data? 1. Revisão feita; 2. Comissão Municipal de Floresta Contra Incêndios; 3. ICNF – parecer vinculativo; 4. Discussão pública – 15 dias úteis; 5. Relatório de Ponderação; 6. Retorna Comissão Municipal de Floresta Contra Incêndios Reunião Câmara Municipal; 7. Reunião Assembleia Municipal; 8. Publicado em Diário da República. A menos de 1 mês de validade deste PMDFCI e porque ele é importante como instrumento de prevenção dos incêndios gostariam de obter esse esclarecimento. -----

-----Relativamente à eliminação dos 396 ninhos de vespa velutina gostariam de perguntar quem faz esta eliminação, se com meios próprios do município, se com meios contratados (qual a entidade e a que custo)?-----

-----No que se refere ao Pelouro de Gestão Urbanística e Informação Geográfica, verificaram um conjunto de indicadores relativamente ao número de processos registados, analisados e o resultado do mesmo. No entanto ficam algumas dúvidas e por essa razão gostariam de apresentar uma recomendação: Tão importante que o número de processos entrados e analisados seria o tempo de resposta dos serviços a cada um dos pedidos. Com as ferramentas informáticas não será difícil produzir e prestar essa informação. Mas da análise da informação, arriscaram, por exemplo a analisar os pedidos de "certidões em como o prédio é anterior à entrada em vigor do RGEU" para perceber que dos 11 pedidos em agosto apenas foram atendidos 10, Dos 12 em setembro apenas foram atendidos 5 e dos 15 em outubro apenas foram atendidos 5. Ou então não estavam a analisar bem a informação porque

na realidade todos os outros que não terão sido atendidos, foram indeferidos. No entanto essa informação dos indeferidos não consta em qualquer lugar e creio que seria importante saber. Fica assim recomendação de que no futuro sejamos informados dos tempos médios, máximos e mínimos de resposta dos serviços para que os possamos também confrontar com os tempos estabelecidos no RJUE. -

----- O tempo de resposta é uma das queixas recorrentes dos penafidelenses que referem que o licenciamento além de burocrático é muito lento. E, todos na Câmara concordarão consigo se afirmar que a rapidez, a qualidade e a transparência das decisões na área do urbanismo contribuem para o aumento da qualidade de vida dos penafidelenses e para o desenvolvimento do Penafiel. -----

----- A senhora deputada Ana Lourenço: Parabinizou todos os eleitos para o órgão deliberativo que é o mais importante para defender o futuro de todos os penafidelenses. -----

----- Deu um cumprimento especial para todos os jovens eleitos e desejou a todos um excelente mandato na à semelhança do que aconteceu no mandato anterior onde o respeito pelo lugar foi apanágio de todos. -----

----- Referiu que no dia 26 de setembro os penafidelenses demonstraram que não querem parar mas continuar a ter um concelho que se desenvolva continuamente e que se tem adaptado rapidamente às necessidades constantes que vão surgindo. Penafiel confiou no senhor Presidente da Câmara e em toda a sua equipa, com uma grande e indiscutível vitória, tendo agora, uma responsabilidade reforçada e com toda a certeza estaria à altura do novo desafio. Prova disso, são as várias atividades que estão esplanada na informação escrita agora em análise. É com enorme orgulho viver, estudar ou trabalhar numa terra que proporciona diversas atividades culturais aos seus cidadãos e desejava que assim continuasse durante todo o mandato autárquico e que fossem cada vez mais alargadas às freguesias. -----

----- Referiu que era diversos os apoios sociais que estavam mencionados na informação escrita, que abrangiam dos idosos aos mais jovens sem deixar ninguém de fora e tinha a certeza que a senhora Vereadora Daniela Oliveira, recém-eleita continuaria a desenvolver aquele trabalho de forma exímia. Também ali os senhores Presidentes de Junta de Freguesia tinham um papel essencial de identificar os problemas e dificuldades, sinalizando-os e fazendo-os chegar à senhora Vereadora. -----

----- Mencionou que queria e desejava um concelho melhor para as novas gerações e tinha a certeza que esse futuro estará assegurado com o senhor Presidente da Câmara e com a sua equipa, e também estará assegurado com todos os membros da Assembleia Municipal a fiscalizar o que era feito. -----

----- Desejou m bom mandato a todos e um bem-haja. -----

----- O senhor deputado Fernando Malheiro: Disse que já ali tinha sido dito que não se conseguia plasmar na informação escrita do senhor Presidente tudo aquilo que é feito entre cada uma das sessões da Assembleia Municipal. De facto Penafiel tem, por exemplo, um poder de atração que é excecional. Olhávamos para os concelhos vizinhos e qualquer atividade que se fizesse Penafiel tem sempre um poder de atração enorme e à sempre múltiplas e diversas atividades que os deixavam orgulhosos. -----

----- Referiu que vale a pena pensarem que Penafiel ai muito para além, quer da autarquia quer do senhor Presidente da Câmara Municipal ou dos senhores Vereadores. Isso era bom para o concelho

porque sabiam que isso ia acontecer estivesse quem estivesse a governar os destinos de Penafiel, porque as coisas eram mais estruturais do que conjunturais. -----

-----Depois de ter ali escutado intervenções com vários agradecimentos, mencionou um poema Adília Lopes que diz algo que todos deviam aproveitar: "A minha mãe ensinou-me assim: quando atravessamos uma rua e o condutor do carro que vai a passar para nós atravessarmos, nunca agradeças. É uma obrigação do condutor parar. Os peões têm prioridade. É um direito. Um direito nunca se agradece". Vale apenas pensarem nos direitos que todos tinham e não tinham que agradecer, assim como vale a pena pensarem nos deveres que cada um tem, independentemente dos lugares que ocupavam e que naturalmente não tinham que ser agradecidos. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal: Felicitou a todos pelas respetivas eleições e a todos desejou que seja um extraordinário mandato. Uma saudação especial a todos que ali estavam pela primeira vez, fosse na qualidade de membros da Assembleia Municipal diretamente eleitos ou enquanto Presidentes de Junta de Freguesia, que ali estavam por inerência. Certamente que ia ser um mandato em que todos iam estar dedicados àquilo que os motivou para se candidatarem, mandato para darem tudo pelos penafidenses. -----

-----Referiu intervenções senhores deputados Carlos Pinto, Ana Lourenço e Sónia Ribeiro, que se motivaram e se focaram na circunstância do início de mandato, nos resultados eleitorais e compromissos que têm que assumir. -----

-----A intervenção da senhora deputada Celeste Marinho que abordou o tema da pandemia que infelizmente continua atual, referindo a prudência que se tem que manter porque as circunstâncias continuam a exigir essa prudência e cuidado por parte de todos embora tivessem a expectativa que nesta altura a pandemia fosse uma coisa do passado mas infelizmente continua bem presente. -----

-----Quanto à intervenção do deputado Agostinho Gonçalves que abordou a necessidade de se intervir junto ao campo de treinos do Futebol Clube de Penafiel, disse que é uma sugestão pertinente, pois a Câmara Municipal já tinha o projeto executado para poderem avançar com a intervenção no início do próximo ano. Essa intervenção enquadra-se na intervenção que tem vindo a ser executada em toda aquela área, na área do Cedro e na envolvente do Estádio Municipal 25 de Abril., que agora vai ser concluída na área referida pelo senhor deputado. -----

-----No que dizia respeito à intervenção do senhor Presidente de Junta de Abragão, disse que compreendia uma parte significativa da sua intervenção devia-se ao entusiasmo natural de quem estava a ali pela primeira vez e portanto, com o tempo iria perceber que algumas das referências que ali fez eram verdades que todos ali já conheciam há muito tempo, como por exemplo a relação de proximidade com os senhores Presidentes de Junta têm com as populações é de facto uma circunstância que todos valorizavam e conheciam. -----

-----Mencionou que quando falavam da transferência de competências para as Juntas de Freguesia e da verba que a acompanhava, essa não era uma receita para o senhor Presidente de Junta contabilizar como mais recursos financeiros para desenvolver as atividades da sua Junta de Freguesia. Essas verbas que acompanham a delegação de competências são verbas transferidas para fazer face às despesas com as competências que lhe são delegadas. Aquilo que procuravam fazer era dotar as

freguesias e os senhores Presidentes de Junta dos meios e recursos financeiros adequados a poderem exercer essas competências. Mas tinham que o fazer no quadro da Lei que os regia. Ora, a Lei dizia que a Câmara Municipal só podia delegar nas Juntas de Freguesia as competências que os senhores Presidente de Junta poderem executar com menos encargos do que fosse a Câmara Municipal a executar-las. Portanto, têm que fazer esse exercício, essa avaliação e essa quantificação para poderem depois fazer a delegação de competências. Sucede que o modelo de delegação de competência foi este ano alterado, e entendeu o Governo que deveriam ter feito a delegação de competências em junho para depois a submeter a DGAL para que o respetivo valor fosse transferido diretamente do orçamento de Estado para as Juntas de Freguesia. O que a maioria dos municípios da região entenderam foi que não faria sentido negociar um contrato de delegação de competências com um senhor Presidente de Junta que poderia, passados três meses, já não estar em funções, o mesmo poderia acontecer com a Câmara Municipal que estava a fazer essa negociação. Entenderam que não o deviam fazer e deviam aguardar pelas eleições e pelos novos interlocutores para poderem então desenvolver essa negociação com vista à contratualização da transferência de competências. Mas como se tinha dado o caso do Orçamento de Estado não ter sido aprovado e não ter sido dada a possibilidade de depois da eleições se fazerem as novas contratualizações, o que entenderam no município de Penafiel, foi levar duas propostas à Câmara Municipal e que faziam parte da presente ordem de trabalhos para discussão e votação, para que fosse atribuído um apoio financeiro de valor equivalente, exatamente igual ao que estava a ser atribuído até então, para que os senhores Presidentes de Junta pudessem continuar a desenvolver essas mesmas tarefas. No que dizia respeito à transferência de competência, só no próximo ano é que podiam negociar, e essa negociação era casuística, tem que ser feita freguesia a freguesia e em função da negociação será feito ou não o contrato de transferência de competências. Assim, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, se forem aprovadas as propostas presentes pela Câmara Municipal, têm asseguradas as verbas de valor exatamente igual àquelas que eram transferidas nos meses até às eleições e no próximo ano também, de acordo com a proposta ali presente será feita idêntica transferência com uma bonificação de 10%, valor que encontraram como sendo razoável para fazer face ao aumento de custos, para que no próximo anos e até que a negociação fosse concluída e os novos contratos de transferência de competências estivessem em vigor, os senhores Presidentes de junta pudessem contar com esses recursos para as tarefas que estavam delegadas. -----

----- Informou o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Abragão que quem transferia as verbas para as freguesias é o Orçamento de Estado através do FEF, e era com esse valor e com aquelas verbas que o senhor Presidente de Junta devia contar, para o planeamento das suas atividades e para as ações que tem previstas para a freguesia de Abragão, porque as verbas que a Câmara Municipal transferia era para outras ações e tarefas que não as que o senhor Presidente da Junta ali referiu. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor Presidente da junta de Freguesia de Cabeça Santa que ali partilhou as emoções de uma munícipe a propósito de uma intervenção feita na freguesia, disse que concordava perfeitamente porque eram de facto momentos como aqueles que valiam a pena sentir que eram autarcas e que valia a pena, muitas vezes sacrificarem as suas vidas pessoas e familiares, pelo retorno de situações como a que o senhor Presidente ali partilhou. -----

-----Quanto ao Escritaria, disse que ficava muito contente por saber que Escritaria tinha grande impacto também nas freguesias, embora fosse um evento que acontece sobretudo na cidade porque tem a ver sobretudo com as questões da logística mas que também chegava às freguesias, por exemplo às escolas onde tem estado presente. Ficava contente por ver que também nas freguesias é um evento que tem impacto e importância. Este ano foi de facto um grande evento de Escritaria que homenageou um grande nome da literatura em Português vindo de Cabo Verde. Tiveram a honra e a consideração de ter presente o Ministro da Cultura e das Artes Criativas de Cabo Verde, que conseguiu arranjar tempo na sua agenda e contribuiu para prestigiar ainda mais o festival literário. -----

----- Relativamente à questão formal da tomada de posse referida pelo senhor deputado Fernando Malheiro, esclareceu que o modelo que foi exatamente o mesmo adotado há 4 e há 8 anos, e que grande parte dos municípios utiliza como modelo, inspirado na Câmara do Porto e em outras Câmara da região. Admitia que nesta tomada de posse os senhores deputados da bancada do Partido Socialista tenham dado mais conta pela circunstância e terem uma bancada mais exígua, porque não teve nenhum objetivo de apoucar quem quer que fosse. -----

-----A questão da redução do prazo de pagamento, o senhor deputado sabia que porque esteve na como Vereador na Câmara Municipal, que a autarquia tem vindo a fazer um percurso extraordinário da redução da dívida de médio e longo prazo que, atualmente, é uma das mais baixas de sempre de toda a região e isso significava pagar de forma mais curta aos fornecedores, fazendo um caminho gradual. Referiu que o mesmo se aplicava em relação à questão da execução orçamental, que também aí se tem vindo a fazer um caminho de melhoria e estava convencido que o orçamento, por exemplo que estava a ser executado em 2021, vai ser o que terá uma maior taxa de execução até ao momento. Também partilhava dessa vontade de verem os orçamentos a terem uma percentagem de execução maior. O 100% é que lhe parece um pouco mais difícil, mas se chegarem aos 80% e é nesse sentido que estavam a caminhar, é um bom caminho. -----

-----No que concerne à questão do saneamento em todas as freguesias, disse que Penafiel tem uma taxa de cobertura que não os envergonhava Disse que, ainda esta semana, aconteceu o mais importante evento do sector, o ENEG – Encontro Nacional das Entidades Gestoras de Sistemas de Águas e Saneamento e que a Penafiel Verde EM., esteve presente com uma apresentação que tem que ver com as afluências indevidas e nesse encontro onde estiveram presentes todos os grandes sistemas do país, perceberam que Penafiel tinha uma taxa de cobertura de saneamento uma das mais altas de todo o país. Existe uma taxa de adesão que tem que melhorar porque é complicado fazer-se tanto investimento e depois o retorno ser mais demorado uma vez que nem todos os concidadãos, infelizmente, têm essa sensibilidade para fazer essa ligação. É um caminho que tem vindo a ser feito, no mandato anterior foram investidos mais de 3 milhões de euros só com recursos próprios da empresa, na expansão da rede e o objetivo, e é esse o contrato de gestão fechado com a Penafiel Verde EM., de continuarem naquele caminho de ampliação para que o saneamento chegue efetivamente a todo o concelho e sobretudo àqueles núcleos urbanos que são os que mais necessitam do saneamento presente. -----



----- Quanto à questão da reorganização das freguesias, disse que o PS e a geringonça têm 6 anos de Governo e só agora em junho, antes três meses das eleições autárquicas é que se lembraram de olhar para esse tema. Todos sabiam que ao longo dos seis anos foi moda o governo fazer reversões, para ir mantendo o apoio de geringonça mas com respeito à reforma administrativa aparentemente nunca houve entusiasmo. Não sabia o que a Lei ia permitir ou não, mas também não sentia no concelho de Penafiel que haja por parte das populações um grande entusiasmo com a reversão da reforma administrativa. No entanto, achava que era um tema que devia ser refletido e discutido e acima de tudo que as populações deviam dizer da sua justiça porque era desta maneira que a democracia funcionava. -----

----- Quanto às questões colocadas pelo senhor deputado Luís Monteiro começou pelo tema resíduos que constavam na informação escrita, dizendo que os dados apresentados referentes aos recicláveis eram dados da AMBISOUA e os que se referiam aos indiferenciados eram dados da Câmara Municipal. No que se refere ao canil municipal disse que não havia nenhum milagre matemático nos números apresentados, é que para além dos animais capturados já existiam animais no canil e felizmente conseguiram promover todas as adoções referidas. Até nesse particular Penafiel era um exemplo na região, aliás por altura da campanha eleitoral, um insuspeito candidato do BE a uma Câmara da região elogiou o excelente trabalho que o município de Penafiel fazia nesse domínio porque era o único concelho onde não havia abate de animais ao contrário de todos os outros, que por sinal, eram governados pelo Partido Socialista. Portanto não tinha sido milagre mas sim, o trabalho da promoção de adoção dos animais que permitiu esse resultado. -----

----- No que dizia respeito ao Plano Municipal de Defesa da Floresta e à sua revisão, informou que estava a ser trabalhada desde junho internamente mas em articulação como o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Explicou que a data referida pelo senhor deputado não estava certa porque até 31 de março do próximo ano está em vigor, válido com todos os formalismos legais, e até lá terem a revisão estaria concluída como sempre aconteceu nos temas de Estado como era o caso da Defesa da Floresta. Mais esclareceu que relativamente aos ninhos de Vespa Velutina que quem os eliminava era uma ou duas equipas da Câmara Municipal mas também tinham as parcerias com as Corporações dos Bombeiros do concelho, que tinham um protocolo com a Câmara que através do qual davam esse apoio para combater de uma praga que era tenebrosa. Referiu que aquele era um assunto grave e não podia ser um combate feito por cada município, cada município fazia, naturalmente, o seu melhor mas as vespas nem sequer conheciam os limites fronteiriços dos concelhos e por isso tinha que haver uma política para aquele efeito séria porque aquele era um grande problema que existia no país. -----

----- No que concerne à questão do urbanismo e dos prazos como o senhor deputado devia compreender era difícil na informação escrita detalhar os prazos de cada um dos processos, mas era uma sugestão que o senhor Vereador do Pelouro registou e se se pudesse trazer informação mais completa era positivo para todos. -----

Quanto à intervenção inicial do senhor deputado que ali referiu que os penafidelenses falaram e falaram claro no dia 26 de setembro e por isso disseram exatamente o que é que queriam para o concelho e

como é que queriam que continuasse a ser feito o desenvolvimento do concelho. No que dizia respeito aos 13.500 penafidelenses referidos pelo senhor deputado que entendiam que era preciso fazer mais no domínio da habitação, da mobilidade e do ambiente, disse que para além desses 13.500 também havia mais 26.500 penafidelenses também queriam que houvesse mais e melhor nesses domínios mas com a diferença de quererem que seja a coligação "Penafiel Quer" exatamente a executar essas políticas de promoção e desenvolvimento do concelho.-----

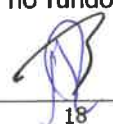
-----Sugeri ao senhor deputado para que não quisesse, a bancado do PS, representar apenas os 13.500 penafidelenses, mas representar mais. A coligação "Penafiel Quer", embora tivessem tido os 26.500 votos, estavam ali, sempre, para representar todos os penafidelenses mesmo aqueles que votaram no PS ou em outras candidaturas e era por olharem para o concelho e para os penafidelenses daquela forma que olhavam para a bancada da coligação "Penafiel Quer" e viam uma bancada extraordinária, ou contrário da bancada da coligação "Penafiel Unido" que era exígua e se não mudarem de diapasão e olhassem para a política de uma forma diferente e com uma atitude muito mais envolvente e menos sectária veriam a bancada do PS a desaparecer futuramente. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que em dada altura estava a ficar sensibilizado com a intenção generosa do senhor Presidente da Câmara porque pensou que estava a defender que as pessoas votassem mais no PS para crescerem, mas não teria sido bem essa a ideia. Normalmente a grandeza das pessoas vêm-se sempre pela forma como tratavam os outros e a tentativa de achincalhar a bancada do PS dizendo que é pequena, 13.500 eleitores é muita gente e por isso o senhor Presidente devia respeitar mais todos os penafidelenses. -----

-----Esclareceu relativamente ao PDMFCI a informação que referiu é do ICNF. E estava no site e era pública, admitia que podia estar errada mas foi do site que verificou que terminava no dia 23 de dezembro. -----

-----O que o deixou mais preocupado tinha que ver com o pagamento do prazo médio aos fornecedores, porque infelizmente a última vez que a DGAL publicou foi o quarto trimestre de 2019. E o resultado desse prazo médio de pagamento a fornecedores, o que se via na abertura dos telejornais nacionais é que Penafiel era dos piores do país. Agora que a DGAL deixou de publicar esses dados vêm o senhor Presidente referir que Penafiel é dos melhores do país. Uma vez que não existiam esses dados públicos, gostava que o senhor Presidente os informasse qual era, atualmente, o prazo médio de pagamento aos seus fornecedores. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que começou a Assembleia Municipal com a convicção de que estavam na primeira sessão do mandato e como sendo a primeira sessão, pelo menos no período antes da ordem do dia fosse de algum consenso, parabenizar e falar um pouco daquilo que ia ser o mandato autárquico. Contudo, o senhor deputado Luís Monteiro na sua intervenção referiu que o PS representava 13.500 eleitores, sendo esses que queriam mais habitação, mais mobilidade e mais transportes, ou seja queriam mais tudo. Agora começava a perceber que para além dos 13.500 eleitores e que a exígua bancada que começava a definir mandato após mandato, recordou que em 2014 tinha cerca de 20 membros, em 2017 sem a coligação com o RIR, tinham 18 e agora em coligação com o RIR tinha 13 eleitos, e portanto por essa continuação de postura e de querer no fundo



sobrepôr-se à vontade dos penafidelenses que foi dar à maioria da coligação "Penafiel Quer" a decisão de governar os seus destinos, dá a ideia de que de facto querem subverter aquilo que foi a última vontade dos penafidelenses impondo as suas vontades e colocando tudo em causa. -----

-----Relativamente ao prazo médio de pagamento, disse que esse tema era uma das bandeiras do PS e recordou uma celebre Assembleia Municipal que foi justificado ao senhor deputado Nuno Araújo que estava tão mal feito o prazo medio de pagamento, se se somasse os 90 dias de um trimestre ao prazo médio de pagamento que diz a DGAL no trimestre anterior, não podia dar mais do que 200 dias de pagamento. Referiu que foi fruto de uma mudança da DGAL, nomeando uma Diretora Geral que de contas não era perita e fez aquela asneira e publicou resultados descabidos e que deu origem a que a própria Diretora da DGAL veio pedir desculpa pelos dados erados, à Câmara Municipal de Ourém que estava em 3.º e passou para 5.º lugar bem como à Câmara Municipal de Lamego. Fruto disso, a DGAL por vergonha deixou de publicar os resultados. Vir agora dizer que a DGAL deixou de publicar e a reboque disso dizer que a Câmara Municipal tem menos prazo médio de pagamento, sugeriu ao senhor deputado que se queixa-se da diretora Geral que o Governo do PS e a geringonça nomearam e dos incompetentes da DGAL que não são capazes de fazer corretamente as contas. Não se podiam queixar do senhor Presidente da Câmara Municipal que faz o seu trabalho direito em prol dos penafidelenses, que reduz o passivo como constatarem na conta de gerência e que todos aplaudiram, sinal de que estavam no bom caminho. -----

-----Aconselhou o senhor deputado para que na primeira e segunda sessão da Assembleia Municipal, fizessem uma pausa, à semelhança do que se passava no futebol, fizessem um intervalo de 15 minutos que servia para o treinador afinar estratégias, mudar a equipa, ver se deve ou não substituir algum jogador. Porque se o PS continuar na senda de pensar só nos 13.500 eleitores que nele votou arriscava-se de que ano após ano a bancada continue a reduzir e mais dia, menos dia para terem noção e conhecimento daquilo o que foi o sucesso do Partido Socialista tinha que subscrever a RTP memória e não era isso o que todos queriam. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Depreendeu da intervenção do senhor deputado Carlos Pinto que o papel do PS seria para estarem "caladinhos" e não fossem para ali "chatear" porque estavam ali num bom convívio. Referiu que não era esse o papel da oposição e não estavam ali para representar 13.500 penafidelenses mas sim para fiscalizarem a ação da Câmara Municipal que era esse o papel do partido Socialista. -----

----- O senhor Presidente da Câmara na sua intervenção disse que o prazo médio de pagamento em Penafiel era dos melhores do país e da região por isso fez uma pergunta simples e objetiva, qual é atualmente, segundo os dados disponíveis, o prazo médio de pagamento do município de Penafiel? -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abragão: Disse que todos sabiam que o valor da transferência de competências era para aquilo que estava destinado. O que também sabiam é que naquele momento o valor era exíguo. Referiu que em Abragão há mês e meio, estava a tentar "limpar" a Vila, e sabiam o quanto isso lhes estava a custar mesmo sem terem dinheiro em meios. A Lei diz e concordava, que não podiam receber mais do que aquilo que a Câmara gastaria se fizesse esse trabalho, mas o que queria dizer realmente era que há dez anos a esta parte se recebia mais dinheiro

do que atualmente. A questão que colocou foi de que para o próximo ano todos deviam conversar de forma objetiva para saberem quanto é que cada freguesia iria gastar. -----

----- Outra questão que o senhor Presidente não respondeu e achava que ali havia confusão, pois sabia para que servia o FEF e têm muitos encargos para gastar com o FEF mas não era isso o que se referia mas sim, que a Câmara Municipal tem um bolo que é o seu orçamento e desse bolo também tem uma parte que vai gastar em investimentos. Ouviu o senhor Presidente da Junta de Cabeça Santa a congratular-se e bem, pelas obras feitas na sua freguesia, também gostava muito, nos próximos quatros anos de mandato ir ali congratular-se por aquilo que a Câmara Municipal ajudasse ao desenvolvimento da vila de Abragão. O que ali propôs em que as Juntas de Freguesia se reunissem com o senhor Presidente da Câmara Municipal para discutirem o valor desse bolo e saberem quanto ia ser gasto em cada freguesia. Não do FEF mas do orçamento Municipal, para o investimento em cada freguesia para ajudar para criarem as formas de desenvolvimento para cada em particular e o que iam fazer com a parte que cabia a cada uma delas. Para puderem criar projetos de desenvolvimento que até pudessem ser financiados aproveitando o valor que a Câmara vai destinar a cada freguesia. -----

----- Referiu que em Abragão depararam-se com alguns problemas, nomeadamente a obra do centro Ribeais que estava para há dois meses, ou seja desde eleições que estava a causar um grande transtorno e ninguém sabia explicar o que se passava, situação que já devia estar resolvida porque o prazo já tinha terminado. Gostava de ser, juntamente com a Câmara Municipal a planear e a participarem nas decisões, para saberem o que lhes cabia, como é que iam fazer e qual o proveito que as freguesia teriam daquelas decisões. Era necessário terem um desenvolvimento planeado para criar emprego e acessibilidades, projetos turísticos entre outros e por isso tinham que saber com o que podiam contar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à questão da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, constava do Decreto-lei 82/2021, publicado no dia 13 de outubro, no artigo 79.º, na sua Norma transitória que os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios cujo período de vigência tenha terminado em 2021 mantêm-se em vigor até 31 de março de 2022, todas as comissões estavam devidamente em funções. -----

----- Quanto ao prazo medido de pagamento, referiu que o senhor deputado Carlos Pinto já ali tinha dito o essencial, ou seja, não sabiam porque a DGAL deixou de publicar. Esclareceu que na sua intervenção, não disse que tinham o prazo de pagamento mais baixo do país, mas sim, que neste momento tinham a dívida global mais baixa de sempre e mais baixa da região. Neste momento abaixo dos 9 milhões de euros, coisa que nenhum município da vizinho se podia gabar de ter uma dívida global abaixo dos dois dígitos. -----

----- Deu alguns exemplos dos prazos médios de pagamento que a DGAL ainda publicava: Ministério da Cultura- Gestão Administrativa da Financeira da Cultura, no 3.º trimestre de 2021, pagava a 746 dias; Direção Geral da Administração e do Emprego Público, pagava a 524 dias. Ainda num ranking de mais de um ano Secretaria Geral do Ministério da Justiça, pagava a 368 dias. Portanto, em matéria de pagamentos em atraso o Governo do PS, as regras não era muito para se cumprir. Felizmente Penafiel estava numa situação muito mais confortável. -----

----- Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abragão esclareceu que o que tinha dito foi que no atual quadro, em que não há ainda uma negociação, a Câmara Municipal decidiu que até ao final do ano os valores a transferir era o mesmo de até então e no próximo ano haverá uma majoração de 10%. Ali não houve negociação porque tratava-se de um apoio financeiro que a Câmara entendeu conferir às freguesias para que pudessem continuar a desenvolver as suas tarefas. Da negociação era diferente, pois em funções do que for negociado para cada freguesia é que será fixado o valor e aí o senhor Presidente da Junta já sabia que o que for fixado é até ao final do mandato e portanto já podia organizar o seu plano.-----

----- Quanto ao plano da Câmara Municipal, referiu que ia ser discutido e votado no ponto 11 da presente ordem de trabalhos, e por isso se analisarem veriam as muitas intervenções que estavam previstas para todo o concelho e Penafiel. -----

----- **3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita; 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa; 1.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; 2.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, para efeitos do previsto na alínea a), do nº 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Desejava que o presente mandato decorresse com a maior elevação. -----

----- Referiu que a presente alteração ao orçamento, pela diminuição do montante de 8,9 milhões tem implicações muito significativas pela diminuição previsional com valores muito acima do razoável. Esta decisão política, significou excluir a intenção de executar obras ou investimentos que tencionavam, concretizar e que haviam proposto ou prometido e que não será possível concretizar no presente ano.----

----- A presente alteração vem dar-lhes razões e significa que a base em que assentam os orçamentos que apresentam à Assembleia Municipal tem por base um propósito de navegação à vista ao incluir tudo o prometido, ao colocar ou inscrever obras, que não tem execução previsível. Tudo era feito para transitar ou deslizar para o ano seguinte ou para os mandatos seguintes. Era esta a marca distintiva do executivo na elaboração dos orçamentos, como marca, é a intenção de realizar as obras ou os investimentos, mas é um exagero apresentar revisões ao orçamento e do PPI com correções e diminuição de 9 milhões de euros, pois ter estas correções no final do ano, num orçamento de 85 milhões, subtrair um valor de 9 milhões, não é uma questão técnica mas sim uma questão errada de gestão política. Ou seja é lamentavelmente a repetição de outros exercícios anteriormente já vividos. ----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse continuar a estranhar admiração daqueles documentos serem ali presentes para aprovação, pois o Plano de Investimento e Orçamento eram previsões para 4 anos. Acontecia que por diversas vezes e o mesmo iria garantidamente acontecer com os próximos documentos provisionais ter várias alterações pela simples razão de ainda não saberem qual o Orçamento de Estado que iria vigorar para o próximo ano, e se mais não fosse, isso era motivo para que garantidamente no próximo ano tivesse que haver alterações. Percebia a tentação de tentarem colar o Instrumento de Gestão Provisional que têm que aprovar para o ano seguinte com as

alterações que têm que ser feitas, pequenas, periódicas e em função das necessidades. Era o mesmo que confundirem o orçamento e dizerem que era a mesma coisa do que aquelas alterações, ou seja confundirem a beira da escada com a estrada da Beira. O que acontecia com aquelas alterações e modificações e para desmistificar que eram não eram promessa não cumpridas, explicou que a diminuição e redução de 2,1 milhões teve a ver com os transportes, com a Associação de Municípios, Instituições de Fins Lucrativos e Participação Portuguesa em projetos não cofinanciados, ou seja, tudo aquilo não tinha nada a ver com promessas. O que realmente significava era que por circunstância alheia à Câmara Municipal não foi possível executar o dinheiro que estava projetado para ser executado em 2021. Se tinham projetado uma obra que estava decidido iniciar, por exemplo, durante o mês de maio, e o Tribunal de Contas só o visava em setembro, garantidamente que nesse ano não iriam executar o que estava projetado. E diz a boa execução orçamental que se devia fazer alterações e ajustamentos em função daquilo que efetivamente executavam. -----

-----Fornecimento contínuo de energia elétrica que passou de 3.890.000,00 diminuiu para 990.000,00, ou seja menos dinheiro que o município deu à EDP. Estava projetado para aquisição de terrenos 1.695.000,00 e foi reduzido 1.500.000,00, ou porque a expropriação não avançou ou por outros motivos que não foi possível adquirir os terrenos. Estas foram promessas eleitorais e nem por isso falharam os 710% de votos dos penafidenses. Referiu que tinham que ser sérios naquilo que diziam, podiam criticar acusar mas não podiam usar demagogia. Repetiu que as modificações e alterações devem e têm que ser feitas quando for necessário ajustar o orçamento. Antigamente a Lei só permitia fazer duas revisões agora podia fazer-se as que se quisessem pela simples razão de que o que se projetava no ano anterior raras vezes se conseguia concretizar, por várias circunstâncias principalmente naquelas que existem projetos cofinanciadas pelos fundos comunitários. Diz as boas regras da contabilidade que se devia corrigir e retificar de forma que as coisas ficassem corretas e é isso que qualquer Presidente de Junta de Freguesia fazia e tem a certeza que o fazia para o bom desempenho da sua freguesia. -----

-----Disse que concordava com o senhor deputado Fernando malheiro quando dizia que um orçamento devia ser o mais realista possível, concordava com o próprio legislador que dizia na Lei das Finanças Locais que o ideal seria que fosse executado 85%, mas tem que haver uma pequena folga que podia ser entre a diferença entre preparar e deixar em lançar uma obra ou não lançar essa mesma obra. Bastava que no seu orçamento só tenha 1.000.000,00 porque se custasse 1.005.000,00 já não a podia lançar, mas se deixar a folga que lhe permitisse lançar o concurso para depois, mês a mês, trimestre a trimestre, semestre a semestre ir ajustando o orçamento, porque isso é que era a boa regra de execução orçamental. -----

Concluiu dizendo que as alterações e modificações eram benéficas e deviam continuar sempre a serem feitas de forma a ajustar o orçamento àquilo que era a realidade. -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Aludiu que com toda a certeza que o senhor deputado Carlos Pinto acabou de defender o orçamento, gostava de perceber como é que se explicava que o nível de execução fosse tão baixo e para chegar a tal foi necessário fazerem-se reduções de 9.000.000,00. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Explicou que o montante da redução não era o mais importante, mas sim saber o que é que está em cada circunstância desajustado. Se estava desajustada 3,8 milhões para a EDP e foi possível reduzir para 990 foi muito bom. Se foi possível reduzir 2 milhões por causa dos fundos comunitários na área dos transportes é sinal de que não vai ser executado no ano em curso e por isso não podia ser mantido no orçamento porque sabiam que não iam ser executados. Se sabiam que já não era possível gastar 1.695.000,00 em terrenos, retiravam-nos e faziam uma redução ao orçamento de forma a cumprir o que diz a Lei das Finanças Locais, ou seja, deviam ajustar o orçamento em função das necessidades.-----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que ficou muito preocupado e parecia-lhe estranho o senhor Presidente da Câmara não saber qual o prazo médio de pagamento do seu município, porque afinal estava à espera que fosse a DGAL a dar-lhe essa informação, ou seja, havia um sistema que era o SIIAL em que as Câmaras Municipais davam informação ao Governo e depois o Governo transmitia. Ora, essa informação é sempre aquela que o município comunica e não é o Governo que apurava esses prazos mas sim os municípios. Referiu que o senhor Presidente devia dar exemplos de outras Câmara Municipais e não do prazo médio de pagamento de organismos governamentais, por exemplo o prazo médio de pagamento no município de Valongo é de 4 dias, e Lousada é de 51 dias. -----

----- Relativamente ao ponto em análise disse que esta proposta, se dúvidas houvesse, fica mais uma vez demonstrado que não é possível levar a sério as contas apresentadas pela Câmara Municipal: ---

----- O Orçamento em vigor com esta proposta leva um corte nas Receitas de Capital de 13.4M para 4.4 M, ou seja afinal o orçamento da Receita de Capital apenas ficará nos 33%. -----

----- Vejamos: Em fevereiro/2021 - Aumentou as receitas/despesas em 2 milhões; em abril/2021 - alterou o PPI e o Orçamento em 137.766,63€; em junho/2021 - alteração ao orçamento para inclusão do saldo de gerência anterior em 511.460,90€ (2000K+138K+511K = 2649227,53 (2.6M)). -----

----- Agora Proposta para: diminuir orçamento da receita/despesa em cerca de 9M (de 13.4M para 4.4 M); diminuir o Plano de Atividades Municipais (PAM) em 3.275M; diminuir o PPI em 5.685M. -----

----- Mas afinal o que aconteceu para tão grande modificação? A receita de Capital em 2017 tinha sido de 2.5M, em 2018 de 4.5M, em 2019 de 3M e em 2020 de 7.3M. Com esta proposta de modificação ficará nos 4,3M, em linha com a média dos últimos anos. A pergunta que se deve colocar é porque razão foi previsto para este ano uma receita de capital de 13.4M quando esse valor ronda em média os 4M? -----

----- Mas vejamos o que a Câmara Municipal se prepara para apresentar no ponto 11 em termos de orçamento quanto às receitas de capital. Nada mais, nada menos do que 37.4M. Para isso ao contrário de pelo menos os últimos 4 anos seria necessário que esta receita aumentasse 770%. -----

----- A razão para tal exercício na esfera da ficção científica só tem uma justificação:-----

----- Inscrever todos e mais alguns pedidos dos Presidentes de Junta de Freguesia, sabendo de antemão que apenas uma pequena percentagem dessas obras serão executadas, mantendo assim, os Presidentes de Junta dependentes da vontade da CMP ficando ao seu belo prazer porque esta assembleia, ano após ano tem passado um cheque em branco à Câmara Municipal de Penafiel. -----

Bastaria ler a documentação disponibilizada a todos os deputados municipais quanto à informação da situação económica e financeira relativa ao 1.º semestre para ver o que a sociedade de ROC concluiu:

-----1. O grau de execução de metade do ano é de apenas 18,83% (presumindo uma taxa de execução sem variações ao longo do ano poderemos admitir que não deverá ultrapassar os 40%). -----

-----2. Quanto à rubrica Viadutos, Arruamentos, Escolas, Viação Rural e outros investimentos com um compromisso assumido de 36.7M até ao meio do ano apenas tinham sido executados 11.72%. -----

-----A pergunta que, o PS faz é quantos mais anos serão necessários para as deputadas e os deputados desta Assembleia serem enganados de forma tão flagrante e se acham aceitável continuarem a passar um cheque em branco à Câmara para que a seu belo prazer faça o que bem entender. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Referiu que neste momento não havia nenhuma Câmara Municipal no país que fosse capaz de dizer que pagava a 4 ou a 10 dias. Porque o pagamento não era o dia em que entra a fatura e o dia que a mesma saía uma vez que a fórmula do prazo médio de pagamento não era assim calculada. Explicou que as Câmaras não sabiam objetivamente qual o prazo médio de pagamento, ou seja, reportavam toda a informação no sistema à DGAL e esta por sua vez é fazia as contas devidas. O senhor deputado Luís Monteiro não podia dizer que o senhor Presidente da Câmara Municipal não sabia qual prazo médio de pagamento, uma vez que só a DGAL podia dar essa informação uma vez que a formula não tão simplista como podia parecer. -----

-----Relativamente à alteração orçamental, disse que o que tinha referido na sua intervenção era a realidade dos factos. Havia ali as reduções dos transportes, dos terrenos e do fornecimentos de energia e com isso quis responder a quem diz que o Executivo apresentou um orçamento para cumprir promessa e como já houve eleições, agora já podia ser reduzidas. Não era isso que se passava, o orçamento era modificado por circunstâncias objetivas e foi com essa objetividade que o Executivo decidiu reduzir o orçamento em cerca de 9 milhões. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.

----- 9 votos conta dos senhores deputados Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva



Ferreira Monteiro e o senhor Junta de Freguesia de Freguesia de Abragão.-----

-----4.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao lançamento Derrama para o ano de 2022 - Lançamento de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para o ano de 2022, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 15 de setembro, e a isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 000€, incidente sobre o lucro tributável, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, ao abrigo do disposto no n.º 24, do artigo 18º, da mesma Lei e de acordo com disposto na alínea d), n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: O produto de cobrança da Derrama, constitui fonte de receita que visa reforçar a capacidade financeira da autarquia. -----

----- Pela análise aos valores cobrados nos últimos anos o município de Penafiel arrecada em Derrama um valor que ronda 1M€. -----

----- Com esta proposta, a CMP pretende abdicar para 2022, à imagem do que tem feito nos últimos anos, de 1,5% sobre o lucro tributável às pequenas empresas na estrutura empresarial local, mais concretamente aquelas que não ultrapassem os 150.000€ incidente sobre o lucro tributável. -----

----- O PS fez as contas que com várias simulações concluiu que este valor andarà na ordem dos 40€ aos 75€ por ano. Tal como fez na reunião do Executivo, o PS está disponível para apoiar esta medida e votará a favor. No entanto, atendendo ao histórico dos últimos anos, gostaríamos de perguntar ao Sr. Presidente da CMP se a câmara tem informação disponível relativamente ao número de empresários abrangidos e do valor que o município está a abdicar por ano com esta medida. -----

----- Entendemos que seria fundamental questionarmo-nos se, face ao muito reduzido benefício dos empresários nesta isenção fiscal, se o valor global anual que a câmara abdica de cobrar não poderia ser investido na economia local, beneficiando mais ainda esses empresários do que esta medida cega. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que aquela proposta pretende apoiar aquelas empresas que foram mais penalizadas com a pandemia. Os pequenos comércio, os pequenos salões de cabeleireiro e os pequenos restaurantes, ou seja, eram os que tinham o volume de faturação menor, até aos 150.000 € por ano. E se em outras alturas já tinham o cuidado de tratar de forma especial esse tecido empresarial e essas empresas com uma taxa reduzida, agora entenderam isenta-las de todo esse pagamento. Mesmo sabendo que não sendo um valor de grande significado do ponto de vista financeiro, para quem tem uma faturação mais baixa, um volume de negócios menor tudo conta e tudo se traduz num apoio importante principalmente neste momento especialmente difícil para as empresas. Estavam a falar de uma perda de receita de cerca de 150 mil euros, para o orçamento municipal mas sabiam que era relevante e muito importante para as pequenas empresas e por isso a proposta tem aquele desenho ao contrário do que acontecia em outras alturas. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 52 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Alberto

Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, José António da Silva Oliveira, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- — O senhor deputado Luís Monteiro fez a seguinte declaração de voto: disse a bancada do Partido Socialista votou a favor pelas razões elencadas na sua anterior intervenção. Gostariam, com base no valor dos 150 mil euros, recomendar à Câmara Municipal que fizesse uma análise, face àquela perda, e se não haveria desse valor que perdoaram de 20 ou 30€ a cada um desses empresários, esses 150 mil euros não os poderiam beneficiar mais se fosse investido em outra coisa. Davam o benefício da dúvida e ficava a sugestão. -----

----- **5.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2022, nos seguintes termos: Prédios rústicos: 0,8%; Prédios urbanos: 0,3%; Dedução fixa, no valor de 70€, para os agregados familiares com três ou mais dependentes, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, de acordo com o nº 1, do artigo nº 112-A do CIMI e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- A senhora deputada Celeste Marinho: É com satisfação que a Bancada Parlamentar do PS constata que a Câmara Municipal continuará a propor a Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o próximo ano no mínimo de 0,3% nos prédios urbanos e 0,8% nos prédios rústicos. -----

----- O Município de Penafiel encontra-se no lote da maioria dos municípios que estabelecem o IMI pelo mínimo legal. Devemos inda destacar que nenhum município subiu essa taxa no ano passado, e cerca de 15% dos municípios baixou-a, havendo uma clara convergência para a redução transversal do imposto para o mínimo legal em todos os municípios. -----

----- Além do estabelecimento das taxas, a Lei permite deduções fixas com base no número de dependentes a cargo do agregado familiar. -----



----- Conforme estabelece o nº1, do artigo no 112-A do CIMI, as Câmaras Municipais podem optar por deduzir o valor fixo da seguinte maneira: 70€ quando o agregado tem 3 ou mais dependentes; 40€ quando tem 2 dependentes; 20€ quando tem 1 dependente. Se fizermos um exercício de comparação com o resto do distrito, vemos outros municípios da mesma lide política da Câmara de Penafiel que já garantem todas as deduções fixas possíveis além de manterem o IMI na taxa mínima, como é o caso de Amarante e Póvoa de Varzim, além de vários outros Municípios de gestão socialista. -----

----- A Câmara Municipal na proposta de IMI para 2022 opta por deduzir o valor apenas e só quando o agregado familiar tem três ou mais dependentes, excluindo todos os agregados com um ou dois dependentes, ou seja, a larga maioria das famílias penafidelenses pois, segundo os dados, a média está abaixo dos dois dependentes por casal nos dias correntes. -----

----- Se o atual executivo quer praticar a já sua máxima de "município amigo das famílias", tal como a Bandada do PS também deseja que Penafiel o seja, deve então considerar ajudar as famílias penafidelenses em tudo o que tem ao seu alcance, nomeadamente na atribuição das deduções fixas legalmente constituídas a todos os agregados com dependentes e não apenas às famílias numerosas, ou seja, estender as sobreditas deduções a agregados com 1 dependente no valor de 20€ e com 2 dependentes no valor de 40€. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 52 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, José António da Silva Oliveira, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- **6.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da Participação Variável no IRS para o ano 2022 – Fixação, para os rendimentos do ano de 2022, de uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Penafiel, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS e para efeitos da alínea c) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----



----- A senhora deputada Celeste Marinho: Vivemos um período particularmente difícil para as famílias. A pandemia tem atrasado sonhos e projetos, deixando muitos em condições socioeconómicas desfavoráveis e a precisar de maior atenção por parte do Estado. -----

----- Contudo, a pandemia da Covid-19 veio enaltecer um problema social que existe há anos, promovido pelo capitalismo selvagem e a desregulamentação dos mercados, problema para o qual a Bancada do Partido Socialista entende que os municípios são parte da resposta. -----

----- As respostas sociais e a necessidade de intervenção pública na vida das pessoas já deixaram, há muito, de se destinar apenas e só aos mais pobres. Devemos estar conscientes de que a pandemia agravou um problema que já existe e que tem levado a desaparecer, ano após ano, a classe média, fazendo-nos caminhar para uma dualidade de estatutos entre ricos e pobres, vencedores e vencidos do Mercado. -----

----- É por estas razões e pela defesa da classe média penafidense, aqueles que se levantam todos os dias para trabalhar e dar um futuro aos seus filhos, que a Bancada do PS tem defendido que o Município de Penafiel devesse abdicar de parte dos seus 5% no IRS a favor dos penafidenses, aliviando assim a sua carga fiscal por via da devolução destes rendimentos. -----

----- E estamos mesmo a falar de classe média. A partir de Novembro de 2020 a Assembleia da República aprovou que o Valor Mínimo de Existência subisse para 9.315€ brutos anuais, ou seja, é o valor base a partir do qual se começa a fazer retenções em sede de IRS, ao contrário do que tem vindo a ser proliferado pela bancada do CDS/PSD, que refere que apenas pagam IRS pessoas que auferam mais de 19.000€ brutos anuais. Nas suas palavras, os ricos. -----

----- O município de Penafiel tem uma grande oportunidade de se juntar a metade dos municípios do país e abdicar de uma parte da sua participação variável no IRS, devolvendo assim rendimentos às famílias penafidenses e dando mais razões para que se fixem – ou não saiam – do nosso concelho, ajudando a combater a perda demográfica que temos sofrido nos últimos anos. -----

----- Por tudo o que foi enunciado, a Bancada do Partido Socialista propõe que a participação do município de Penafiel no IRS seja de 4%, ou seja, que devolva 1% do IRS aos penafidenses de forma a contribuir, dentro das suas possibilidades e sem destabilizar o equilíbrio orçamental, para alguma folga financeira aos nossos munícipes. -----

----- Aceitando a proposta do Partido Socialista, a Câmara Municipal de Penafiel acompanharia concelhos vizinhos, como Lousada e Marco de Canaveses que já devolvem 1% do IRS aos seus conterrâneos. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que aquela era uma situação recorrente ano a ano, e tem vindo da bancada do PS a proposta de redução da taxa do IRS., consideravam uma proposta séria mas achava que era uma falsa questão. Referiu que as receitas dos municípios advinham do FEF, do FSM, dos fundos comunitários e dos impostos, nomeadamente dos 5% no IRS. Seria de devolver 1 ou 2%, se de facto essa devolução fosse equitativa. Sabiam que em Portugal dos 5,1 milhões de famílias que existem e declaravam rendimentos, quase metade (46%), não pagavam impostos. Portanto já estariam ali só a favorecer 54% e desses os grosso recebe entre 13.500 e 50.000Euros. Depois havia aqueles que ganhavam mais de 50.000 euros e portanto seriam mais beneficiados. Aqueles que já não

pagavam impostos já não tinham nada a receber e portanto quem precisava não se iria devolver nada. Com a arrecadação do imposto que é significativa dá exatamente para apoiar aqueles que mais precisavam. Era esse princípio distributivo da Câmara que faz com que não devolva àqueles que precisam mas teoricamente não são os que mais precisavam para que depois a Câmara possa devolver àqueles que efetivamente mais precisavam. Entendiam que não devem ser devolvidos os 2% porque só ira beneficiar uma franja da população penafidense que por sinal não eram aqueles que mais necessitavam. Daí a convicção e o voto da coligação "Penafiel Quer" de que aquela proposta submetida à Assembleia pela Câmara Municipal é a proposta que consideram mais ajustável aos interesses dos penafidenses. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 42 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 11 votos conta dos senhores deputados Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e o senhor Junta de Freguesia de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova.--

----- **7.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2022 (0,25%), nos termos do Regulamento nº 38/2004, de 29 de setembro e para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 52 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, José António da Silva Oliveira, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e os senhores Presidentes de Junta de

Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 8.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao Mapa de Pessoal para o ciclo de gestão de 2022, para os efeitos previstos no art.º 29.º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Compete à câmara no âmbito das suas competências e atribuições definir a estrutura orgânica e o seu mapa de pessoal. -----

-----Para o PS, registamos como fator positivo a proposta de admissão para 2022 de 53 novos Assistente Operacionais, mais concretamente: 31 Aux. Serviços Gerais, 10 cantoneiros de limpeza, 7 Aux. Administrativos, 2 Condutores de máquinas, 1 telefonista, 1 nadador, 1 Canalizador. De facto, é voz corrente, muitas vezes de forma injusta, que a câmara tem muitas pessoas a trabalhar nos gabinetes e poucas pessoas a trabalhar no terreno. -----

-----O que é certo, é que bastará observar no trabalho diário os calceteiros, pedreiros, cantoneiros de limpeza, jardineiros e afins para concluir que a maior parte deles têm mais de 50 anos, o que é um facto preocupante. -----

O que o PS espera, estará atento e irá verificar os procedimentos para cada uma destas novas 53 admissões previstas, se por ventura os trabalhadores admitidos serão mesmo para trabalhar como Auxiliares de Serviços Gerais, Cantoneiros, Condutores, etc... ou se porventura se irá incorrer na tentação de utilizar estas admissões como instrumento de regularização de situações precárias de Técnicos Superiores. -----

-----É voz corrente que na Câmara Municipal de Penafiel foram contratados diversos licenciados como Assistentes Operacionais e que estão a desempenhar funções de Técnicos Superiores e isso para o PS é inaceitável. -----

Não só pela questão da legalidade, mas porque se está a impedir a renovação dos recursos humanos do município nas áreas operacionais, o que prejudica a resolução dos problemas do dia-a-dia do município. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que o presente mapa de pessoal e as previsões que contém têm em conta o facto de que no próximo ano terem que estar preparados para as transferências de competências no domínio da educação, saúde e da ação social, ou seja, circunstâncias que os levavam a ter aqueles cuidados em termos de previsão do mapa de pessoal, para que depois, pudessem acolher os recursos, por via dessas transferências de competências. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade com 52 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte

Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, José António da Silva Oliveira, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

-----9.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio às freguesias do concelho de Penafiel, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, referente ao aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021, para os efeitos previstos na alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 42 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

-----— 10 abstenções dos senhores deputados Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e o senhor Junta de Freguesia de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova. -----

-----10.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio às freguesias do concelho de Penafiel, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, relativo aos meses do ano de 2022, para os efeitos previstos na alínea j), do n.º 1 do art.º 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----



-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 42 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 10 abstenções dos senhores deputados Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e o senhor Junta de Freguesia de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova.-----

----- 11.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos Documentos Previsionais para o ano de 2022, bem como autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, para os efeitos do disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º, Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Não é possível que o PS em consciência votar a favor dos Documentos Previsionais para 2022.-----

-----Já no ponto 4 tiveram a oportunidade de falar sobre o ajuste da receita de capital que passou de 11,4 para 4 milhões, que tem sido a média dos últimos 4 anos. E todos sabiam que daqui a um ano aquela receita de capital vai ser de 4 milhões. Mas todos sabiam, e podia ficar registado em ata, que pagava um jantar, se for diferente. O que aquele plano provisional propunha era 37.4M, um aumento de 770%. -----

-----Perguntou se intelectualmente era honesto e normal que desde 2007 a receita de capital, receita essa que depois utilizada em receita de capital para fazerem por exemplo as obras das Juntas de Freguesia, os arruamentos, os viadutos e as escolas, dos 37,4 milhões iam ser executados apenas 4 milhões. O ano em que saiu da média dos 4 milhões foi só no ano de 2020, o ano da Troika, que a Câmara de facto teve uma receita de 10 milhões e mesmo assim estava um aumento de 700%. Era necessário serem razoáveis, porque uma coisa era os documentos previsionais o que iam propor para o próximo ano, outra coisa era a conta de gerência que para o ano iriam ver que estava tudo errado, à semelhança do que tinha acontecido nos anos transatos. -----

-----Referiu que o grupo municipal do Partido Socialista votará contra, mas previsivelmente esta Assembleia votará maioritariamente a favor. Perguntou em nome da bancada do PS, quantos mais anos iriam ser necessários para que os deputados desta Assembleia fossem enganados de forma tão



flagrante e se achavam aceitável continuarem a passar um cheque em branco à Câmara para que a seu belo prazer faça o que bem entender e manter os senhores Presidentes e outros interlocutores na mão.--

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que garantidamente não iam pedir ao PS que votasse a favor, porque senão acontecia como aconteceu na conta de gerência transata. O Partido Socialista na Câmara Municipal votou as contas referentes ao ano 2020 favoravelmente, aplaudiu as contas que agora o senhor deputado referia que estavam erradas e na Assembleia Municipal o Partido Socialista absteve-se. Pediu que o senhor deputado pedisse responsabilidades aos senhores Vereadores seus correligionários do partido que aprovaram as contas por unanimidade na Câmara Municipal. -----

----- Todos sabiam como funcionavam os orçamentos a certeza que o senhor deputado ali referiu que na conta de gerência iam detetar que foi um erro, vai resultar na aprovação das contas de gerências como aconteceu nas contas dos exercícios dos anos anteriores. Referiu que aquele era mais um orçamento semelhante àqueles que foram presentes a Assembleia Municipal desde o ano de 2001, tendo a particularidade de ser o primeiro instrumentos de gestão previsional do novo mandato e que era o espelho e a vontade dos penafidenses que fizeram a escolha da política que devem ser tomadas nos próximos 4 anos. Apenas estavam ali a sufragar aquilo que os penafidenses quisessem, ou seja, um PPI e um orçamento que deixava para trás as disputas eleitorais e que se concentrava no que era mais importante que é o desenvolvimento das políticas e das ações que importa executar em prol dos penafidenses, em termos de educação, de transportes e rodoviária, de mobilidade, desenvolvimento económico-social, em todas as vertentes onde efetivamente é a preocupação que é a marca de água do Executivo, sempre com a preocupação do desenvolvimento do concelho e dos seus concidadãos. Nos últimos 6 mandatos sequenciais foi sempre aquilo que foi presente à Assembleia Municipal, orçamentos com o rigor que é exigível, não podia ser o rigor dos 100% porque isso não existia e não havia nenhuma Câmara Municipal em Portugal que em consciência, com realidade e rigor que pudesse apresentar um orçamento que pudesse ser executado em 100%. Agora, os municípios, como era o caso do de Penafiel, que apostava na angariação de objetivos e programas com apoios de fundos comunitários e tem que andar a batalhar para que esses fundos chegassem ao concelho de Penafiel e que por vezes não chegavam no tempo que seria ideal e que gostariam que fosse. Muitas vezes é a traves do *overbooking*, ou outras Câmaras que deixavam passar os prazos e a Câmara Municipal vai atras desses fundos e para isso precisava de ter o orçamento e cabimento prévio. Se não existissem aquela regra draconianas da forma como se fazem os orçamentos das Câmaras Municipais, se não houvesse a necessidade do cabimento prévio garantidamente que aquele orçamento e da maiorias da Câmaras do país não era porque era feito, porque era as regras que impunham que não se podiam lançar uma empreitada de 1 milhão de euros, ainda que se soubesse que só iriam executá-la dentro de dois ou três anos, se não tivessem o cabimento prévio. -----

----- Continuavam a aplaudir todos os orçamentos que vinham na esteira dos anteriores sempre a ser executados daquilo que era possível e sempre a ser executados da forma mais correta ou seja, o da boa despesa que é alavancar todos os investimentos com a participação dos fundos comunitários e nisso a Câmara Municipal de Penafiel era líder nessa obtenção. -----



-----Conclui que desde 2002 dizia ao executivo, que apresentava os orçamentos, que estava no bom caminho e que continuasse assim porque tinha a bancada da coligação "Penafiel Quer" a votar favoravelmente aqueles documentos. -----

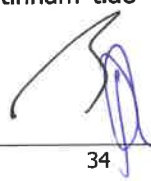
----- O senhor deputado Luís Monteiro: Referiu que o Partido Socialista já tinha tido oportunidade de esclarecer que não tinha votado a favor na prestação de contas do ano transato. Houve um engano técnico que ficou esclarecido por isso o senhor deputado não podia ter referido aquele particular. Relativamente ao cabimento prévio disse que esse já existia há mais de 10 anos e por isso não era novidade. Perguntou ao senhor deputado Calos Pinto se sabia qual era a taxa de execução de 2017, 2018, 2019 e 2020. Informou que a taxa de execução de 2017 foi de 50%, de 2018 foi de 56%, 2019 foi de 60% e 2020 foi de 63%. Em muitos casos no que dizia respeito às despesas de investimento andou na ordem dos 40%, mais de metade do que estava inscrito não ia ser realizada e por isso a bancada do PS ia votar contra. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que em 2013 o PS tinha 20 deputados, em 2018 tinham 18 deputados e em 2021 em coligação com o RIR, tem 13 deputados. Referiu que ainda bem que o orçamento era assim porque se para o próximo mandato o orçamento ainda for mais complexo na sua perspetiva, podia ser que o PS passa-se para 8 deputados. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Disse que aqueles documentos eram muito importantes para o futuro do concelho de Penafiel, ou seja, para o próximo ano e também para os próximos anos. -----

-----De facto o senhor deputado Luís Monteiro na sua intervenção tentou confundir os senhores deputados, ou por incapacidade de interpretar os documentos ou por má-fé. Na verdade os números que o senhor deputado ali referiu não condiziam com aquilo que procurou ilustrar na medida em que, efetivamente em 2021 a rubrica de transferências de capital previa esse valor de 25 milhões e nas outras receitas de capital a previsão era de cerca de 8 milhões. Sucede que com as novas regras de contabilização orçamental os valores no essencial coincidiam, o que estavam era em rubricas diferentes. Portanto, a rubrica de transferências de capital na previsão do atual orçamento é de 6. 400.000,00 e as outras receitas de capital é de 27 milhões, porque as regras de contabilidade obrigam a que haja aquela diferenciação e aquela nova forma de prever. Não era aquilo que o senhor deputado dizia que o valor estava ali empoladíssimo comparativamente a previsões de orçamentos anteriores, mas estavam em rubricas diferentes mas sensivelmente os mesmos valores. O que era importante dizer e que o senhor deputado não disse é que o orçamento deste ano tem um ajustamento muito significativo de cerca de 10 milhões de euros relativamente ao do ano passado ou do que estavam a executar este ano. E isso deve-se ao elevado volume de fundos comunitários que têm estado a executar e por isso tiveram no ano de 2021, um dos mais altos orçamentos de sempre, mas que quando chegar ao mês de abril, a Assembleia Municipal terá a oportunidade conferir, vai ter uma das mais elevadas taxas de execução de sempre. -----

-----O Partido Socialista que sempre se queixava das taxas de execução que têm estado sempre acima dos 60% e este ano vai continuar nesse caminho de subida, e nunca no passado tinham tido



taxas de execução acima dos 50%, não tendo grande legitimidade para apontar o que quer que fosse nesse domínio. -----

----- Os presentes documentos previsionais eram de facto muito importantes porque asseguravam a continuidade das muitas obras que estavam em curso, obras financiadas com fundos comunitários, mas também obras um pouco por todas as freguesias do concelho, apenas com financiamento do orçamento municipal. Asseguravam que podiam continuar a fazer as transferências para as freguesias para continuarem com as parcerias que tido muito bons resultados no concelho. Asseguravam as condições para o apoio social e não sabiam exatamente o que o futuro reservava nesse domínio, uma vez que a pandemia infelizmente não estava ultrapassada e as suas consequências, para além das consequências sanitárias, ainda estavam muito por vir e portanto também ali têm que ter condições para puderem continuar apoiar aqueles que mais precisavam, os mais frágeis da sociedade penafidense, os idosos, as crianças, quer por via das consequências da pandemia quer por via de outras circunstâncias de necessidade. Acima de tudo assegura a continuidade do desenvolvimento de todo o concelho de Penafiel e o cumprir os compromissos que assumiram com os penafidenses e que os penafidenses validaram no passado dia 26 de setembro. Apelou à Assembleia Municipal para que votasse favoravelmente aqueles documentos porque estes já tinham sido validados no dia 26 de setembro pelos penafidenses. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que na argumentação não valia tudo e ser acusado de tentar confundir ou de ter má-fé, mas o que fez foi falar de números que constavam no orçamento. Sabia que o senhor Diretor do DGO, "briefou" o senhor Presidente para que tivesse maiores argumentos. Referiu que não estava ali de má-fé, porque no ponto n. 4 da presente ordem de trabalhos, fizeram uma descida da receita de capital de 13.4 para 4.4. E essa rubrica estava agora prevista nos documentos, como constava na página n. 6, como sendo de 37.354.000,00. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 42 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 10 votos contra dos senhores deputados Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e o senhor Junta de Freguesia de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova. -----

----- **12.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do projeto de**

Regulamento Municipal do Direito à Habitação em Penafiel, para efeitos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- A senhora deputada Inês Monteiro: A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego. -----

-----Durante largos meses o Partido Socialista de Penafiel, exortou a Câmara Municipal de Penafiel a aprovar a sua Estratégia Local de Habitação, para que pudesse beneficiar do programa de iniciativa governamental 1.0 Direito. Foi, por isso, com natural satisfação que tomamos conhecimento de que a Câmara Municipal de Penafiel havia, finalmente, aprovado a sua Estratégia Local. Satisfação, essa que não nos pode distrair do facto de que este é apenas um primeiro passo de medidas públicas de habitação a implementar em Penafiel. -----

-----Num momento em que o Governo da República protagonizou os maiores esforços em matérias de políticas públicas de habitação dos últimos trinta anos, as políticas de habitação municipal surgem desajustadas das reais necessidades dos penafidenses. O executivo municipal está, uma vez mais, a desperdiçar excelentes oportunidades de fazer melhor nesta matéria. -----

----- Destacavam o facto de que 20 milhões de euros de verbas governamentais disponíveis para investir em Habitação no concelho de Penafiel, destinam-se quase totalmente freguesia de Penafiel. Na verdade, freguesias como Sebolido, Eja Cabeça Santa, Castelões e Oldrões, não beneficiarão nem de um cêntimo deste pacote, pelo facto do Executivo municipal não ter reportado a existência de qualquer necessidade habitacional nas mesmas. Mesmo freguesias da dimensão de Abragão, Termas de São Vicente, Rio de Moinhos ou Paço de Sousa, beneficiarão apenas de verbas residuais, por não ter sido efetuado um levantamento sério e rigoroso das reais necessidades habitacionais ali existentes. -----

-----Se sabiam que os Municípios têm um papel decisivo na resposta de habitação, os tempos que correm exigem a implementação de estratégias capazes de responder à escassez da oferta de habitação no concelho, garantindo habitação pública acessível às famílias de classe média e, naturalmente, aos jovens. Que tanta dificuldade têm em encontrar um lar quando começavam a trabalhar e pretendiam sair de casa dos pais e até eram forçados a partilhar casa com colegas ou desconhecidos. Sem esquecer os jovens casais que pretendam ter a sua autonomia e escolham Penafiel para residir. -----

-----Senhor Presidente, além de toda a exposição supracitada, sobre um tema de extrema importância para todos, e em particular para os jovens de Penafiel e a classe média, ficaria uma última reflexão: -----

-----Como é que podiam criar habitação acessível? Ao terem um parque habitacional do município. Construindo-o a partir da reabilitação dos imóveis devolutos, de reconversão de usos, por exemplo um antigo equipamento que transformamos em habitação, da aquisição de imóveis no mercado e pela própria construção. Tendo um parque, podiam então fazer política pública com isso, praticando as rendas de acordo com os rendimentos das pessoas em concreto. Ou intervindo no próprio mercado

estimulando ao arrendamento acessível. É o que faz este programa da Câmara de Penafiel, aproveitando as vantagens de um programa nacional chamado Programa de Arrendamento Acessível e que as Câmaras podiam adotar. Esse programa diz que se o senhorio praticar uma renda no máximo de 80% do preço médio do mercado nessa zona, calculando-o e fica isento de pagar impostos pelos rendimentos prediais. O que a Câmara aqui faz é arrendar aos senhorios nessas condições e depois subarrendar às pessoas diretamente. Isso é uma vantagem, porque dessa forma a Câmara cria parque habitacional próprio, ainda que de uma forma "artificial". Ora, esta 2.ª opção deve e pode ser usada no curto prazo enquanto se incrementa e se cria um parque habitacional próprio. Ou seja, se fizerem este segundo sem o 1.º estavam a desenvolver um programa desequilibrado. E, sobretudo, se essa opção é necessária é porque nunca houve a efetiva preocupação de termos, em Penafiel, o próprio parque habitacional. -----

-----E no futuro, queremos ter? Já que se estava a aprovar um regulamento municipal do direito à habitação. Bem sabiam que urge darem a resposta que infelizmente nos últimos anos não foram capazes de dar, mas preocupa-os essa aparente desorientação. A bancada municipal do Partido Socialista espera, por isso, a rápida reformulação da Estratégia Local de Habitação, adequando-a à realidade e às necessidades de cada uma das freguesias do concelho de Penafiel e de cada penafidense, garantindo que ninguém fica para trás. -----

-----A senhora deputada Ana Lourenço: Perguntou se o grupo municipal do Partido Socialista sabia que estavam a discutir e votar um regulamento municipal para o arrendamento que é um dos instrumentos de trabalho que está contemplado na estratégia local de habitação e não a estratégia local de habitação. Eram instrumentos de trabalho e o que ali ouviu na intervenção anterior foi única e exclusivamente da estratégia local de habitação como disse e bem, que em Penafiel só agora é que estava a haver um plano para a habitação, mas o mesmo aconteceu por todo o país e o PS esteve no Governo durante alguns anos. A estratégia local de habitação não se baseia em habitações, mas sim em agregados identificados, ou seja, não estavam a falar em regeneração urbana. -----

-----Este regulamento vai tornar mais fácil o acesso aos programas públicos, nacionais ou municipais em vigor, tornando mais simples a candidatura da renda apoiada e ao apoio ao arrendamento para famílias carenciadas e à renda acessível para famílias com rendimentos intermédios, através do programa Penafiel Casa Acessível, com regras mais claras, com maior agilidade e celeridade e acima de tudo de atenção à vulnerabilidade geral dos seniores. -----

-----Se alguém era contra à presente proposta de regulamento significava que também era contra aos 739 apoios, referidos na informação escrita do senhor Presidente, que a Câmara municipal atribuiu no seu programa Penafiel Habita. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal: Referiu que dizia um ex-secretário Geral do PS, atual Secretário-geral das Nações Unidas que não há segunda oportunidade para causar uma primeira boa impressão, e a senhora deputada Inês Monteiro que ali hoje em estreia e também recentemente eleita com Presidente da JS, podia ter aproveitado para fazer ali uma intervenção arejada, diferente e inovadora que de facto mostrasse que os jovens, no caso do PS, tivessem uma visão para o concelho

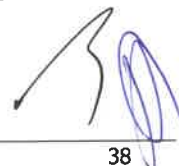


no domínio da habitação. Mas ao invés, preferiu ali trazer um discurso já gasto e cansado que deu o resultado que todos tiveram oportunidade de ver no dia 26 de setembro. -----

-----Em Penafiel o apoio à habitação já vinha de longa data, e não só em altura de eleições, já há vários anos que existem em Penafiel instrumentos de apoio à habitação, naturalmente aqueles que eram possíveis ao município e o projeto de regulamento em apreço, visava compilar as várias medidas que o município tem para apoiar habitação, para estarem melhor organizadas e serem aplicadas de forma mais eficaz. Têm a habitação social que já existe e que já está devidamente regulamentada e agora vai integrar o regulamento, também o apoio ao arrendamento que já existia e tinha regras e agora vão ali ser compilados. Era sobretudo propostas para agregados mais fragilizados, o chamado apoio ao arrendamento social. Agora, têm um novo programa que é o Penafiel Casa Acessível, que esteve em consulta pública e agora estava ali para aprovação final. Ficavam com um instrumento que abrange os vários domínios da habitação que é efetivamente um tema de grande importância. No caso do Penafiel Casa Acessível estava a falar de uma dimensão diferente, ou seja, do apoio à habitação aos agregados de rendimentos intermédios, que têm os seus rendimentos, a sua vida organizada mas que têm dificuldade em fazer face aos elevados preços das rendas. O município através daquele instrumento vai dar-lhes a possibilidade de poderem também ter acesso à habitação com dignidade. Há outro aspeto muito importante que é a prioridade que dá aos jovens no acesso à habitação, que até então não existia. Todos sabiam que para iniciar uma vida de estabilidade, de família com filhos o acesso à habitação é deveras muito importante e têm que criar condições para que os jovens casais pudessem aceder à habitação com dignidade. -----

-----Concluiu dizendo que é um regulamento que vai ter um impacto muito positivo no tema de habitação no concelho de Penafiel e que se vai juntar a outros instrumentos que estavam a ser trabalhados e a estratégia local de habitação é também um instrumento muito importante e que é um instrumento dinâmico e que a todo tempo pode ser alterada. Todos os senhores Presidentes de Junta de Freguesia sabiam que se identificarem agregados que necessitem de uma habitação condigna porque estavam numa situação indignidade do ponto de vista conceptual para a estratégia local de habitação que terão tidos em conta porque com o atual Executivo ninguém ficaria para trás. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 42 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Capela, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----



----- 6 abstenções dos senhores deputados Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e o senhor Junta de Freguesia de Freguesia de Luzim e Vila Cova. -----

-----13.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de designação de João Manuel Trigo de Moraes, ROC, em representação de Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda., como fiscal único da Penafiel Verde, E.M., para o quadriénio coincidente com o mandato dos titulares dos órgãos autárquicos, bem como a designação como Fiscal Único suplente Tiago André de Castro Lopes do Vales, inscrito na OROC sob o n.º 1615, nos termos do previsto no n.º3, do artigo 26.º, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 37 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Capela, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 6 abstenções dos senhores deputados Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e o senhor Junta de Freguesia de Freguesia de Luzim e Vila Cova. -----

-----14.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de designação de João Manuel Trigo de Moraes, ROC, em representação de Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda., como fiscal único da Penafiel Activa, E.M., para o quadriénio coincidente com o mandato dos titulares dos órgãos autárquicos, bem como a designação como Fiscal Único suplente Tiago André de Castro Lopes do Vales, inscrito na OROC sob o n.º 1615, nos termos do previsto no n.º3, do artigo 26.º, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 37 votos a favor dos senhores deputados Agostinho Jesus Gomes Guedes, António Carlos Sousa Pinto, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Bustelo, Cabeça Santa, Capela, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e

Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 6 abstenções dos senhores deputados Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Luís Alberto Correia Monteiro, Carla Alexandra Silva Ferreira Monteiro e o senhor Junta de Freguesia de Freguesia de Luzim e Vila Cova. -----

----- 15.º Ponto – Eleição de um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, para o quadriénio de 2021/2025, de acordo com a alínea e) do n.º 2, do artigo 157.º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, na sua versão atual; -----

----- Foi apresentada a Lista A, constituída pelo Presidente da Junta de Freguesia de Boelhe. -----
Após o escrutínio, apuraram-se 42 votos a favor da lista A, pelo que foi eleito o senhor Presidente da Junta de Freguesia Presidente de Boelhe, o senhor Artur Inácio da Rocha Teixeira, para integrar o Conselho Cinegético Municipal. -----

----- 16.º Ponto – Designação de quatro cidadãos para integração da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penafiel, para o quadriénio de 2021/2025, para efeitos do disposto na alínea l) do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro na sua atual redação; -----

----- Foi apresentada a Lista A, constituída pelos cidadãos: Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, Alexandra Liliana da Silva Sousa e Maria Inês Rocha Monteiro. Após o escrutínio, apuraram-se 42 votos a favor da lista A, pelo que foram eleitos os cidadãos: Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, Alexandra Liliana da Silva Sousa e Maria Inês Rocha Monteiro, para integração da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penafiel. -----

----- 17.º Ponto – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho para Integração do Conselho Municipal de Educação, para o quadriénio de 2021/2025, para efeitos do disposto na alínea d) n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, que altera o Decreto-Lei 7/2003, de 15 de janeiro, na sua versão atualizada e para efeitos do disposto na alínea d) n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro; -----

----- Foi apresentada a Lista A, constituída pelo Presidente da Junta de Rio de Moinhos senhor Henrique Manuel Azevedo Martins. -----

----- Após o escrutínio, apuraram-se 42 votos a favor da lista A, pelo que foi designado o Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, senhor Henrique Manuel Azevedo Martins, em representação das Freguesias do Concelho para Integração do Conselho Municipal de Educação. -----

----- 18.º Ponto – Designação de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho e um elemento da Assembleia Municipal para Integração do Conselho Municipal do Desporto, para o quadriénio de 2021/2025, nos termos do disposto nas alíneas h) e i), do n.º 1, do artigo 3.º do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto; -----

Foi apresentada a Lista A, constituída pelo Presidente da Junta de Freguesia Duas Igrejas, senhor Nelson Miguel Ferreira Rocha, e o senhor António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, membro da Assembleia Municipal. -----

----- Após o escrutínio, apuraram-se 42 votos a favor da lista A, pelo que foram designados, o Presidente da Junta de freguesia de Duas Igrejas, senhor Nelson Miguel Ferreira Rocha, e o senhor António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, membro da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal do Desporto. -----

-----19.º Ponto – Designação de dois representantes das freguesias do concelho para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, para o quadriénio de 2021/2025, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º3, do artigo 29, do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13/10; -----

----- Foi apresentada a Lista A, constituída pelo senhor Presidente da de Capela, senhor Manuel Augusto da Silva Alves e o Presidente da Junta de Freguesia de Rio Mau, senhor Rui Pedro Azevedo Ferreira. -----

----- Após o escrutínio, apuraram-se 40 votos a favor da lista A e duas abstenções pelo que foram designados, o Presidente da Junta de Freguesia de Capela, senhor Manuel Augusto da Silva Alves e o Presidente da Junta de Freguesia de Rio Mau, senhor Rui Pedro Azevedo Ferreira integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

-----20.º Ponto – Eleição de um representante do município no Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde Tâmega II — Vale do Sousa Sul, para o quadriénio de 2021/2025, nos termos da alínea b) no n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º28/2008, de 22 de fevereiro;-----

----- Foi apresentada a Lista A, constituída pelo senhor Alberto Clemente de Melo e Sousa. -----

----- Após o escrutínio, apuraram-se 42 votos a favor da lista A, pelo que foi eleito o senhor Alberto Clemente de Melo e Sousa para representar o município no Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde Tâmega II — Vale do Sousa Sul. -----

-----21.º Ponto – Eleição dos representantes do município na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, para o quadriénio de 2021/2025, nos termos do artigo 83.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- Foi apresentada a Lista A, constituída pelos senhores, Alberto Fernando da Silva Santos, Agostinho Jesus Gomes Guedes, Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos de Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa e Fernando Augusto Pacheco Malheiro. -----

----- Após o escrutínio, apuraram-se 22 votos a favor da lista A, pelo que foram eleitos os senhores, Alberto Fernando da Silva Santos, Agostinho Jesus Gomes Guedes, Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos de Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa e Fernando Augusto Pacheco Malheiro, como representantes do município na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. -----

----- 22.º Ponto --- Designação de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação



das Freguesias do Concelho, para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, para o quadriénio de 2021/2025, para efeitos do disposto na alínea e) do n.º1, do artigo 7, do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia de Penafiel; -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Deputado Agostinho Gonçalves que referiu que reside na Lei 75/2013 de 12 de setembro, no seu artigo 33.º, atribuindo competência à Câmara Municipal para deliberar a atribuição de nomes às ruas e às praças do concelho. De uma maneira geral os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia têm dados nomes para lugares que eram conhecidos, como por exemplo lugar da Água Longa, lugar da Cova entre outros. Referiu que antes de existir a presente Lei havia uma comissão que propunha nomes de figuras/cidadãos relevantes para ruas e praças, nesse sentido, independentemente da Lei não o contemplar, fez um apelo ao senhor Presidente da Câmara Municipal para, até junto do arquivo municipal, ver nomes de figuras relevantes que justificassem o nome de ruas a serem atribuídos. -----

----- Foi apresentada a Lista A, constituída pelo Presidente da Junta de Penafiel, Carlos Leão Barbosa. -----

Após o escrutínio, apuraram-se 42 votos a favor da lista A, pelo que foi designado o Presidente da Junta de Penafiel, Carlos Leão Barbosa, para integrar a Comissão Municipal de Toponímia. -----

----- 23.º Ponto – Designação de um representante da Assembleia Municipal de Penafiel a integrar a Comissão Consultiva da segunda Revisão do PDM de Penafiel, nos termos do disposto da alínea d) do n.º 1, do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro;

Foi apresentada a Lista A, constituída pelo senhor António Carlos de Sousa Pinto. -----

-----Após o escrutínio, apuraram-se 42 votos a favor da lista A, pelo que foi designado o senhor António Carlos de Sousa Pinto, para integrar a Comissão Consultiva da segunda Revisão do PDM de Penafiel.-----

----- 24.º Ponto – -- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das freguesias do concelho para participação no Congresso da ANMP, a realizar em Aveiro nos dias 11 e 12 de dezembro de 2021; -----

-----Foi apresentada a Lista A, constituída pelo Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, senhor Henrique Manuel Azevedo Martins. -----

-----Após o escrutínio, apuraram-se 42 votos a favor da lista A, pelo que foi eleito o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, senhor Henrique Manuel Azevedo Martins, para participação em representação das freguesias do concelho de Penafiel no Congresso da ANMP.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Luís Monteiro que referiu que a eleição conjunta do ponto 15 ao ponto 24, foi articulada com o senhor deputado Carlos Pinto e resultou de uma proposta do PS no sentido de encontrarem indicação de nomes para lista únicas. Foi um bom exemplo de que eram capazes de se entenderem para benefício de todos. -----

Referiu que todas as comissão e todos os designados obviamente que iam fazer o melhor que podiam e sabiam, contudo, sugeriu que à semelhanças do senhor Presidente da Câmara Municipal que ia prestando informação escrita à Assembleia Municipal, que cada uma dos designados em cada uma das comissões também fizesse um reporte a Assembleia Municipal, semestral ou anualmente, da atividade

que foram desenvolvendo. -----

----- **25.º Conhecimento Relatório sobre a informação semestral do Revisor Oficial de Contas da situação económica e financeira semestral do Município de Penafiel, relativa ao 1º semestre de 2021, de acordo com o estabelecido na alínea d), do nº 2, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- — O senhor deputado Luís Monteiro: Na análise dos documentos presentes para conhecimento, o relatório espelhava bem o que o Partido Socialista tem vindo a dizer sobre as contas do município, ou seja, no quadro Despesa – quadro resumo da execução da despesa do primeiro semestre, elaborado pelo ROC, contratado pela Câmara, que diz, que a execução a nível das despesas de pessoal era na ordem dos 42,20% o que chegando ao final do ano estava quase nos 100%. Mas depois nas restantes rubricas, por exemplo na aquisição de bens e serviços = 17,55%, que no final seria à volta dos 35%, juros e encargos = 11,97%, que daria 22%. Transferências com subsídios no final do ano estaria 70%, outras despesas correntes acabaria o ano nos 50%; aquisição de bens de capital daria 22% no final do ano. Transferências de Subsídios e Capital, rondaria no final do ano os 80%. Referiu que o ROC chancela o que o Partido Socialista tem dito. E se repararem aquela dotação orçamental já tinha sido corrigida ao longo do ano com três alterações e modificações. Frisou que as contas não eram certas e não era a DGAL nem o Governo que dizia mas sim o Revisor Oficial de Contas do município. Em conclusão, refere o ROC que: Esta rubrica apresenta compromissos assumidos no valor de 36.733.324,95 euros e uma baixa taxa de execução (11,72%). -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **27.º Ponto – Conhecimento da minuta da ata e das atas das reuniões de Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público. -----

----- Abertas as inscrições, ninguém se inscreveu. -----

----- No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Alberto Fernando da Silva Santos, e por mim, Anabela Moreira Rodrigues que a secretariei. -----